Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A **Odontoprev S.A.** (**Companhia ou OdontoPrev**), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Alameda Tocantins, 125 – 15° andar, Alphaville – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento odontológico terciário, de acordo com a Resolução da Diretoria Coligada (RDC) 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

A Companhia possui participação, diretas e indiretas, nas seguintes empresas Controladas e Coligadas:

					Pa	articipação :	no capital s	social (%)
		31 d	e dezembr	o de 2013		31 d	e dezembr	o de 2012
	Co	ntroladas	Coligadas		Controladas		Controladas Coli	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Clidec - Clinica Dentária Especializada Cura Dar's Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	-	99,9	=	=	=
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	99,9	=	-	=	99,9	=	-	-
Garcia Pedrosa Ltda. (Rede Dental)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Easy Software Ltda. (Easy)	=	51,0	-	-	=	51,0	=	-
Adcon Administradora de Convênios Odontológicos Ltda. (Adcon)	99,9	-	-	-	99,9	=	=	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	-	99,9	-	-
Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontored)	-	-	49,0	-	-	-	40,0	-
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	-	16,7	-	-	-	16,7
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	49,0	-	-	-	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	60,0	-	-	-	-	-	-

Clidec: empresa constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

OdontoPrev Serviços: empresa constituída em 03 de dezembro de 1999, tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios para empresas em geral, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Rede Dental: empresa constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas. Enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário, de acordo com RDC 39 da ANS.

Easy: empresa constituída em 03 de novembro de 1993, sendo controlada pela OdontoPrev Serviços em 51,0%, tem por objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Adcon: empresa constituída em 14 de abril de 1997, tem por objeto social a administração e a comercialização de planos odontológicos como operadora de odontologia de grupo. Enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário, de acordo com RDC 39 da ANS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dental Partner: empresa constituída em 14 de novembro de 2008, sendo controlada pela Clidec em 99,9%, tem por objeto social o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

Odontored: seguradora constituída em 13 de agosto de 2009, localizada na Cidade do México - México, que tem como objeto social o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo sua operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros.

G2D: empresa constituida em 19 de dezembro de 2011, sendo coligada da OdontoPrev Serviços em 16,7%, detém uma plataforma para o agendamento *online* de consultas com profissionais da área de saúde.

Grupo Papaiz e Clidec Participações

Em 28 de setembro de 2012, por intermédio de sua Controlada Clidec, a Companhia celebrou contrato de compra do Grupo Papaiz, em parceria com o Grupo Fleury. A aquisição foi concluída em 31 de janeiro de 2013, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Nos termos do Contrato, cumpridas as condições precedentes o Fleury adquiriu 51% do capital social do Grupo Papaiz, e a Clidec Participações os 49% restantes. A Clidec Participações é uma controlada indireta da Companhia, que tem como acionistas a Clidec com 60% e alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papaiz com 40%.

Em 31 de dezembro de 2013 o montante desembolsado para aquisição do investimento no Grupo Papaiz totalizou R\$5.487 (R\$265 de adiantamentos para aquisição de investimentos constante em 31 de dezembro de 2012).

Brasildental

Em 11 de junho de 2013, em complemento ao fato relevante de 19 de agosto de 2010, a OdontoPrev e a sua Controlada OdontoPrev Serviços, o Banco do Brasil S.A. (BB), a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) e a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), assinaram Acordo de Associação com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade anônima, Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os Canais BB no território nacional. A associação foi aprovada pelo CADE e pelo Banco Central.

A Brasildental terá seu capital social inicial de R\$ 5 milhões, distribuídos em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), sendo que: (i) a BB Seguros será detentora de 49,99% das ações ON e de 100% das ações PN, representando 74,99% de participação do capital social total, e (ii) a OdontoPrev deterá 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

O Acordo vigorará pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, estando sujeito à análise e à aprovação das autoridades governamentais competentes, órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Tais práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal no Brasil.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS, e de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme destacado na nota 3.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (01 de janeiro de 2012) estão sendo alteradas para fins de comparação, pelos motivos que se seguem:

- (i) Por determinação regulamentar através da Resolusão Normativa (RN) 322/13, a constituição da "provisão para prêmios ou contraprestações não ganhas (PPCNG)", que até 31 de dezembro de 2012 era classificada como redutora das contraprestações – faturamento antecipado está apresentada no passivo circulante.
- (ii) Em 2012, os ativos e passivos fiscais correntes foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial sem ter sido considerado que a Companhia detinha o direito legalmente executável de compensá-los. Esses saldos estão sendo compensados e reapresentados no balanço patrimonial.

A compensação dos ativos e passivos fiscais correntes bem como a apresentação da PPCNG não afetaram o resultado, o patrimônio líquido ou qualquer *covenant* contratual da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (01 de janeiro de 2012) e tais reclassificações estão em conformidade com o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e a CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A seguir demonstramos um resumo do balanço patrimonial e fluxo de caixa originalmente apresentados, comparativo as demonstrações ora retificadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012

			Companhia	Consolidado			
ATIVO	31 de dezembro de 2012	Reclassificações (R)	31 de dezembro de 2012 (R)	31 de de zembro de 20 12	Reclassificações (R)	31 de d ezembro de 2012 (R)	
Circulante	271.345	36.909	308.254	303.069	37.220	340.289	
Caixa e equivalentes de caixa	3.491	=	3.491	4.418	=	4.418	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	199.661	=	199.661	213.512	=	213.512	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	17.295	78.159	95.454	18.784	81.521	100.305	
Contraprestações pecuniárias a receber	43.139	78.159	121.298	45.307	81.521	126.828	
Faturas a receber	119.815	-	119.815	125.345	-	125.345	
Notas de débito	1.483	-	1.483	1.483	-	1.483	
Faturamento antecipado	(78.159)	78.159	-	(81.521)	81.521	-	
Provisão para perdas sobre créditos	(25.844)	-	(25.844)	(26.523)	-	(26.523)	
Créditos tributários e previdenciários	43.309	(41.250)	2.059	55.360	(44.301)	11.059	
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	30.965	(30.199)	766	38.455	(32.426)	6.029	
Contribuição social sobre lucro (CSLL)	11.127	(11.051)	76	12.953	(11.875)	1.078	
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	707	-	707	1.269		1.269	
Outros	510	-	510	2.683	-	2.683	
Outras contas a receber	7.087	-	7.087	9.499	-	9.499	
Adiantamentos a fornecedores	1.399	-	1.399	1.538	-	1.538	
Adiantamentos a funcionários	1.472	-	1.472	2.453	-	2.453	
Outros créditos a receber	4.216	-	4.216	5.508	-	5.508	
Estoques	÷ .	-	-	987	-	987	
Despesas antecipadas	502	=	502	509	=	509	
Não circulante	711.317		711.317	695.632		695.632	
Realizável a longo prazo	158.781	-	158.781	162.397	-	162.397	
Investiment os	26.601	-	26.601	1.030	-	1.030	
Imobilizado	7.174	-	7.174	9.589	-	9.589	
Intangível	518.761	-	518.761	522.616	-	522.616	
TOTAL DO ATIVO	982.662	36.909	1.019.571	998.701	37.220	1.035.921	

			Companhia	Consolidado			
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	Reclassificações (R)	2012 (R)	2012	Reclassificações (R)	2012 (R)	
Circulante	169.056	36.909	205.965	182.031	37.220	219.251	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	76.701	78.159	154.860	79.164	81.521	160.685	
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	16.928	-	16.928	17.888	-	17.888	
Provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	-	78.159	78.159	-	81.521	81.521	
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	59.773	-	59.773	61.276	=	61.276	
Obrigações trabalhistas	6.506	-	6.506	9.588	=	9.588	
Obrigações s ociais	6.703	-	6.703	8.000	=	8.000	
Tributos e contribuições a recolher	48.454	(41.250)	7.204	53.178	(44.301)	8.877	
Obrigações fiscais federais	47.318	(41.250)	6.068	51.667	(44.301)	7.366	
Imposto de renda (IRPJ)	31.721	(30.199)	1.522	34.202	(32.426)	1.776	
Contribuição social sobre o lucro (CSLL)	11.725	(11.051)	674	12.647	(11.875)	772	
Demais obrigações federais	3.872	-	3.872	4.818	-	4.818	
Obrigações fiscais estaduais	-	-	-	47	-	47	
Obrigações fiscais municipais	1.136	-	1.136	1.464	-	1.464	
Fornecedores	9.019	=	9.019	8.916	=	8.916	
Débitos diversos	21.673	-	21.673	23.185	-	23.185	
Não circulante	113.593		113.593	115.369		115.369	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.809	-	2.809	2.809	-	2.809	
Provisões para contingências	108.973	=	108.973	110.749	=	110.749	
Outras exigibilidades	1.811	-	1.811	1.811	-	1.811	
TOTAL PASSIVO	282.649	36.909	319.558	297.400	37.220	334.620	
Capital e reservas atribuídas aos acionistas da Companhia	700.013	-	700.013	700.013	-	700.013	
Participação dos não controladores	-	-	-	1.288	-	1.288	
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	700.013		700.013	701.301		701.301	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	982.662	36.909	1.019.571	998.701	37.220	1.035.921	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2012

			Companhia	Consolidado			
	01 de janeiro de	Reclassificações	01 de janeiro de	01 de janeiro de	Reclassificações	01 de janeiro de	
ATIVO	2012	(R)	2012 (R)	2012	(R)	2012 (R)	
Circulante	251.615	37.509	289.124	284.726	38.074	322.800	
Caixa e equivalentes de caixa	7.222	-	7.222	8.052	-	8.052	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	183.449	-	183.449	199.799	-	199.799	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	12.813	71.148	83.961	14.405	74.167	88.572	
Contraprestações pecuniárias a receber	35.047	71.148	106.195	37.645	74.167	111.812	
Faturas a receber	105.595	-	105.595	111.212	-	111.212	
Notas de débito	600	-	600	600	-	600	
Faturamento antecipado	(71.148)	71.148	-	(74.167)	74.167	-	
Provisão para perdas sobre créditos	(22.234)	-	(22.234)	(23.240)	-	(23.240)	
Créditos tributários e previdenciários	41.094	(33.639)	7.455	51.294	(36.093)	15.201	
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	29.532	(24.550)	4.982	36.318	(26.340)	9.978	
Contribuição social sobre lucro (CSLL)	10.504	(9.089)	1.415	11.906	(9.753)	2.153	
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	627	-	627	1.216	-	1.216	
Outros	431	-	431	1.854	-	1.854	
Outras contas a receber	6.782	-	6.782	10.137	-	10.137	
Adiantamentos a fornecedores	1.141	- "	1.141	1.309	- "	1.309	
Adiantamentos a funcionários	1.432	-	1.432	2.142	-	2.142	
Outros créditos a receber	4.209	-	4.209	6.686	-	6.686	
Estoques	-	-	-	784	-	784	
Despesas antecipadas	255	-	255	255	-	255	
Não circulante	727.543	<u> </u>	727.543	708.552	<u> </u>	708.552	
Realizável a longo prazo	176.982	-	176.982	180.699		180.699	
Investimentos	27.985	-	27.985	438	-	438	
Imobilizado	9.424	-	9.424	10.894	-	10.894	
Intangível	513.152	-	513.152	516.521		516.521	
TOTAL DO ATIVO	979.158	37.509	1.016.667	993.278	38.074	1.031.352	

			Companhia			Consolidado
•	01 de janeiro de		01 de janeiro de	01 de janeiro de		01 de janeiro de
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	Reclassificações (R)	2012 (R)	2012	Reclassificações (R)	2012 (R)
Circulante	140.889	37.509	178.398	151.634	38.074	189.708
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	49.280	71.148	120.428	50.876	74.167	125.043
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	5.010	-	5.010	5.929	-	5.929
Provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	-	71.148	71.148	-	74.167	74.167
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	44.270	-	44.270	44.947	-	44.947
Obrigações trabalhistas	5.438	-	5.438	7.755	-	7.755
Obrigações sociais	5.636		5.636	6.830		6.830
Tributos e contribuições a recolher	41.283	(33.639)	7.644	45.530	(36.093)	9.437
Obrigações fiscais federais	40.044	(33.639)	6.405	43.937	(36.093)	7.844
Imposto de renda (IRPJ)	24.550	(24.550)	-	26.862	(26.340)	522
Contribuição social sobre o lucro (CSLL)	9.089	(9.089)	-	9.959	(9.753)	206
Demais obrigações federais	6.405	-	6.405	7.116	-	7.116
Obrigações fiscais estaduais	-	-	-	13	-	13
Obrigações fiscais municipais	1.239	-	1.239	1.580	-	1.580
Fornecedores	9.423	-	9.423	9.694	-	9.694
Débitos diversos	29.829	ē	29.829	30.949	•	30.949
Não circulante	75.663		75.663	77.604		77.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.081	-	2.081	2.081	-	2.081
Provisões para contingências	70.497	-	70.497	72.438	-	72.438
Outras exigibilidades	3.085	-	3.085	3.085	<u> </u>	3.085
TOTAL PASSIVO	216.552	37.509	254.061	229.238	38.074	267.312
Capital e reservas atribuídas aos acionistas da Companhia	762.606	=	762.606	762.606	=	762.606
Participação dos não controladores	÷	=	-	1.434	-	1.434
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	762.606		762.606	764.040		764.040
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	979.158	37.509	1.016.667	993.278	38.074	1.031.352

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Fluxo de caixa método indireto em 31 de dezembro de 2012

			Companhia	Consolidado			
=		Exercício findo em 3	1 de dezembro de		Exercício findo em 31	de dezembro de	
FLUXOS DE CAIXA (método indireto)	2012	Reclassificações (R)	2012 (R)	2012	Reclassificações (R)	2012 (R)	
Lucro líquido do exercicio	145.566	=	145.566	145.763	=	14 5. 76 3	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	26.556	63.714	90.270	32.756	67.398	100.154	
	172.122	63.714	235.836	178.519	67.398	245.917	
Redução (aumento) nos ativos operacionais:							
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(16.212)	-	(16.212)	(13.713)	-	(13.713)	
Contraprestações pecuniárias a receber	(8.092)	(7.011)	(15.103)	(7.662)	(7.354)	(15.016)	
Títulos e créditos a receber	(1.902)	7.611	5.709	(2.405)	8.208	5.803	
Estoques		=	=	(203)	=	(203)	
Realizável a longo prazo	20.343	(19.540)	803	20.443	(19.608)	835	
Aumento (redução) nos passivos operacionals:							
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	11.918	-	11.918	12.785	=	12.785	
Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhos (PPCNG)	-	7.011	7.011	-	7.354	7.354	
Salários, férias e honorários	1.068	-	1.068	1.833	=	1.833	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(41.250)	(41.250)	-	(45.242)	(45.242)	
Tributos e contribuições a recolher e obrigações sociais	10.410	(9.807)	603	10.482	(10.028)	454	
Forn ecedores e divers os	(6.372)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(6.372)	(6.223)	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	(6.223)	
Exigível a longo prazo	29.989	(728)	29.261	29.933	(728)	29.205	
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	213.272		213.272	223.789		223.789	
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(857)		(857)	(10.934)		(10.934)	
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(216.146)		(216.146)	(216.489)		(216.489)	
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.731)		(3.731)	(3.634)		(3.634)	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA							
Saldo inicial	7.222	<u>-</u>	7.222	8.052	_	8.052	
Saldo final	3.491	-	3.491	4.418	-	4.418	
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.731)		(3.731)	(3.634)		(3.634)	
-						<u>.</u>	

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional, geralmente representadas por mais de 50% das ações com direito a voto ou em que retém a maioria dos riscos e benefícios originados desse investimento, segundo as regras do IFRS. As Controladas são consolidadas a partir da data pela qual o controle é transferido à OdontoPrev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio, apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados a aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. A participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos em suas Controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais. Também são eliminados os saldos ativos, passivos e de resultado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

decorrentes de transações entre as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da Companhia e de suas Controladas, conforme quadro de participações apresentado na nota 1.

As políticas contábeis das Controladas foram alteradas quando necessário, para garantir a consistência das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o IFRS, e a aplicação das políticas contábeis escolhidas pela Companhia.

(b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, que incluia gastos com a transação até 2012.

(c) Fundo exclusivo

De acordo com o CPC 36 (R3)/IFRS10 efetuamos a consolidação do fundo exclusivo "Bradesco – Fundo de Investimento Renda Fixa OdontoPrev" em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

2.3 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para mensurar o valor do resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais determinam a avaliação dos investimentos pelo método da equivalência patrimonial, de forma divergente do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, que prevê a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo custo ou valor justo.

2.4 Demonstrações do resultado abrangente

A Companhia e suas Controladas não possuem: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de *hedge*; (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias. Neste sentido, as demonstrações do resultado abrangente correspondem ao lucro líquido dos exercícios apresentados.

2.5 Apresentação de relatório por segmentos operacionais

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, conforme apresentado na nota 20.

2.6 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas são avaliados utilizandos e a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas Controladas.

(b) Conversão de transações e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos) e da data das transações (receitas líquidas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

A Companhia e suas Controladas classificam seus ativos financeiros, conforme determinação da Administração no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes (nota 7).

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas Controladas compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde, conforme nota 8).

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pela venda de planos odontológicos coletivos ou individuais padronizados ou personalizados.

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou PPCNG (passivo circulante), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado do período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros conforme nota 2.7.5.

2.7.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo seguindo a hierarquia abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. Na nota 7 destacamos a composição das aplicações financeiras, as quais classificamos no nível 1 (títulos públicos) e nível 2 (CDBs e outros).

2.7.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.5 Recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Companhia e suas Controladas adotam para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou juros de mora no pagamento do principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor da provisão é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado, limitada ao valor contábil que teria sido determinado se a perda por desvalorização não tivesse sido reconhecida em períodos anteriores.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo orientações do CPC 38/IAS 39 que prevê a avaliação de evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou coletivamente para os que não sejam individualmente significativos ou que possuem características semelhantes de risco de crédito.

As perdas com clientes foram registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado. Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.8 Ativos não circulantes

2.8.1 Realizável a longo prazo

Representado por imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 10.1), depósitos judiciais (nota 10.2) e outros créditos a receber (nota 10.3), apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente quando aplicável, tomando por base de origem da transação, quando relevantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à: ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de Controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado em lucros tributários futuros gerados no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e outras provisões (nota 10.1).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

(b) Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos à cobrança do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) sobre autônomos e a majoração de alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme nota 10.2.

(c) Outros créditos a receber

Correspondem ao montante relativo aos casos de potenciais riscos identificados em processos de aquisição (nota 10.3).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8.2 Investimentos

Representados por investimentos em Controladas e Coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 11).

2.8.3 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida econômica estimada dos bens às taxas anuais mencionadas na nota 12.

O imobilizado é composto, em sua maioria, por equipamentos de computação, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedade de terceiros.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil deste for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.8.4 Intangível

(a) Ágio na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio *(goodwill)* fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (participações em Controladas) mencionados na nota 13.1. É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas (*impairment*), conforme destacado na nota 13.2. É contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, as quais não são revertidas.

(b) Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares e outros

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *software* são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e nos necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses (nota 13.3).

Os gastos incorridos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Valores de ágio atribuídos à marca, carteira de clientes e acordo de não competitividade são agrupados em "ativos intangíveis - OdontoServ". Tais itens são amortizados pelo método linear, pelos prazos identificados em laudo de avaliação (nota 13.3).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Despesas de comercialização diferidas

A Companhia registra como despesas de comercialização diferidas (DAC - *Deferred Acquisition Costs*) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos. Esse ativo é apropriado ao resultado pelo prazo de doze meses.

2.9 Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

A Deliberação CVM 639/10, CPC 01 (R1)/IAS36, determina que as companhias e suas controladas efetuem análise periódica sobre recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização.

É efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em unidades de negócio (empresas adquiridas ativas e/ou incorporadas).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.10 Contratos de planos de assistência odontológica

A Companhia emite contratos de assistência odontológica que transferem risco financeiro, risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos ou ambos. Em geral, a Companhia define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos beneficiários. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante (notas 5.1 e 5.2).

A Companhia classificou os contratos relativos a planos coletivos pós-pagamento como "contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC11/IFRS 4, registrado contabilmente no resultado em "contraprestações líquidas" pelo valor de custo.

(a) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Em conformidade ao CPC 11/IFRS 4, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2013 o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de assistência odontológica vigentes na data de execução do teste. Este teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11/IFRS 4, deduzidos dos ativos intangíveis, como por exemplo a DAC, diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC ou os custos de aquisição diferidos até o limite de zero (ou outros ativos intangíveis, como os originados de contratos de exclusividade e diretamente relacionados a contratos de seguro) e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste quando o valor da perda ultrapassar o saldo contábil desses ativos intangíveis. Qualquer ativo intangível, como exemplo, a DAC, que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente restabelecido pela Companhia em circunstâncias em que o teste demonstre resultados favoráveis para a Companhia em períodos futuros.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se as premissas da data de execução do teste, não identificando qualquer insuficiência quando o resultado foi comparado aos passivos correlacionados.

2.11 Provisões técnicas

As operadoras devem constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN 209/09, que foi subsequentemente alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 246/11 e 313/12 a "provisão para eventos ocorridos mas não avisados" (PEONA), estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia (nota 14, item c).

Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar" (PESL) no grupo "provisões técnicas de operações de assistência odontológica" de acordo com a RN 290/12, alterada pela RN 322/13. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos".

2.12 Tributos e contribuições a recolher

(a) Obrigações fiscais federais

- (i) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano, e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.
- (ii) Demais obrigações fiscais federais: composta pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e COFINS os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para o PIS é constituída à alíquota de 0,65% e para a COFINS à alíquota de 3,0%.

(b) Obrigações fiscais municipais

Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para ISS é constituída às alíquotas que variam de 2,0% a 5,0%.

2.13 Fornecedores e outras contas a pagar

Refere-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado como uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.14 Demais passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

2.15 Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)

Os passivos fiscais diferidos cuja exigibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

2.16 Passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com às determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37, no qual apenas os processos estimados como "perdas prováveis", baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e no posicionamento do judiciário, 100% do valor pretendido são provisionados.

De acordo com o histórico, também são provisionados, equivalente a 25% do valor pretendido, os valores correspondentes ao fluxo provável de saída de caixa relacionados aos processos que possuem como objeto tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos em que a Companhia e/ou suas Controladas são partes. Os processos que envolvem tratamentos odontológicos, por estarem diretamente relacionados com a atividade da Companhia e/ou suas Controladas, a depender do seu resultado, podem: a) evidenciar uma falha na operação; b) indicar possível deficiência na prestação do serviço; c) macular a imagem da Companhia e/ou suas Controladas. Assim, os consideramos relevantes para fins de provisionamento.

Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pelos Órgãos de Defesa do Consumidor (ex. Procon), Agência Reguladora (ANS) e Órgãos de Classe, com aplicação de sanção pecuniária e pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos. A Companhia e suas Controladas também consideram relevantes tais processos administrativos. Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde e demais avaliações de âmbito regulatório, e os processos perante os órgãos de proteção ao consumidor e perante os órgãos de classe podem acarretar prejuízos materiais e de imagem a Companhia e suas Controladas.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa selic).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A Companhia recompra ações de sua própria emissão para lastrear o programa de opção de compra de ações (nota 19.5), as quais são registradas como dedutibilidade das reservas de lucros.

2.18 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações efetivas

As receitas com contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de preço preestabelecido são obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata die* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente estão contabilizadas na conta de PPCNG, conforme RN 322/13.

(b) Vendas de bens e serviços

As receitas com vendas de bens e serviços, provenientes das Controladas, conforme nota 20 item (iv) são apropriadas ao resultado conforme regime de competência.

(c) Financeiras

Consiste nas receitas geradas pelas aplicações financeiras, atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais.

2.19 Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

2.20 Benefícios a empregados e Administradores

Em relação às participações de empregados e Administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, a Companhia e suas Controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de empregados como resultado de participações, em despesas operacionais, conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19; e (ii) efetuam o cálculo e contabilização, em despesas operacionais, de todos os custos estimados de opções de compra de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações existentes a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive, conforme determinações contidas no documento CPC 10 (R1)/IFRS 2. A contabilização dessas despesas operacionais é em contrapartida à conta do patrimônio líquido "opções outorgadas".

A Companhia concede opções de compra de ações (*stock options*) que são exercidas em data futura e após um período de carência, cujo exercício é sujeito à permanência do beneficiário por um período determinado de tempo e prestando serviços para a Companhia (condição denominada como *vesting condition* pelo CPC 10 (R1)/IFRS 2). Na data de outorga da opção, a Companhia calcula o valor justo de cada opção segundo a metodologia

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeira, amplamente conhecida "Black & Scholes", levando em consideração diversos fatores na data da outorga da opção, como volatilidade das ações, preço de exercício da ação, preço de mercado das ações, período de carência, taxa de desconto livre de risco, entre outros fatores. A despesa do programa de opções de compra de ações é registrada segundo o período de competência e conforme o beneficiário presta serviços para a Companhia até a data em que o instrumento de capital poderá ser adquirido pelo beneficiário.

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da OdontoPrev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago até o término do exercício social, na conta "dividendo adicional proposto", até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.22 Lucro por ação

O lucro por ação da Companhia, em conformidade com o CPC 41/IAS 33, foi calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo ações em tesouraria. O lucro por ação também foi calculado, mediante ao ajuste da quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Na nota 27 apresentamos o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

2.23 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

O IASB publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2014. Aquele que pode ter algum impacto para a Companhia está apresentado a seguir:

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. Não há data prevista para aplicação da norma.

3. Comparação das denominações entre Lei das Sociedades por Ações e ANS

Tendo em vista que exercemos uma atividade regulada no setor de planos odontológicos, somos requeridos a apresentar nossas demonstrações financeiras com base no Plano de Contas da ANS, que apresenta rubricas contábeis com denominações diferentes daquelas comumente empregadas por empresas de outros setores. Desta forma, para facilitar a leitura das demonstrações financeiras, apresentamos a seguir uma comparação entre as denominações utilizadas pela Lei das Sociedades por Ações e aquelas adotadas pelo Plano de Contas da ANS:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Companhia		Consolidado	
	_	Exercício findo em 31	de dezembro de	Exercício findo em 31 de dezembro d		
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	ANS	2013	2012	2013	2012	
Receitas de vendas de bens e/ou serviços	Contraprestações líquidas	1.084.957	965.292	1.109.665	989.544	
ixeceitas de veridas de peris e/ou serviços	Venda de bens e serviços	27	502	5.147	5.678	
	Tributos diretos de operações com planos					
Impostos sobre vendas	de assistência à saúde	(36.280)	(31.613)	(37.421)	(32.765)	
·	Impostos sobre vendas de bens e servicos			(7.705)	(0.074)	
RECEITA DE VENDAS	serviços			(7.785)	(6.974)	
RECEITA DE VENDAS		1.048.704	934.181	1.069.606	955.483	
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	Custo de serviços	(487.843)	(470.266)	(501.165)	(485.528)	
	Eventos indenizáveis líquidos	(443.753)	(416.868)	(451.644)	(426.859)	
	Encargos sociais sobre serviços	(31.536)	(29.559)	(31.839)	(29.882)	
	Materiais odontológicos	(8.260)	(6.549)	(4.582)	(3.781)	
	Outras receitas (despesas) operacionais Variação da provisão de eventos	(12.672)	(1.787)	(21.764)	(9.503)	
	ocorridos e não avisados (PEONA)	8.378	(15.503)	8.664	(15.503)	
RESULTADO BRUTO	doctriade o não avidados (i Edia i)	560.861	463.915	568.441	469.955	
Despesas de comercialização	Despesas de comercialização	(98.388)	(87.984)	(99.226)	(88.832)	
Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	(164.819)	(153.445)	(159.747)	(147.643)	
Outras despesas	Outras despesas	(44.350)	(31.332)	(46.485)	(32.824)	
	Outorga de opções de ações				(32.624)	
Outorga de opções de ações		(6.350)	(3.624)	(6.350)	(22.566)	
Provisão para perdas sobre créditos Participações no resultado	Provisão para perdas sobre créditos Participações no resultado	(35.089) (2.911)	(22.744) (4.964)	(35.840)	(6.634)	
• •	• •	• •	, ,	(4.295)	` '	
Resultado financeiro	Resultado financeiro	11.069	12.151	11.914	13.233	
Receitas financeiras	Receitas financeiras	22.224	20.867	23.533	22.674	
Reversão dos juros sobre capital próprio	Reversão dos juros sobre capital próprio	33.209	32.644	33.209	32.644	
Despesas financeiras	Despesas financeiras	(44.364)	(41.360)	(44.828)	(42.085)	
Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	6.715	5.975	102	(728)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS				•	
SOBRE O LUCRO	SOBRE O LUCRO	271.088	209.280	27 4.99 9	213.161	
Imposto de renda e contribuição social	imposto de renda e contribuição social					
sobre o lucro	sobre o lucro	(8 2.99 7)	(63.714)	(86.563)	(67.398)	
Corrente	Corrente	(74.174)	(43.446)	(77.814)	(47.062)	
Diferido	Diferido	(8.823)	(20.268)	(8.749)	(20.336)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	188.091	145.566	188.436	145.763	
Atribuívei a:						
Acionistas da Companhia		188.091	145.566	188.091	145.566	
Participação dos não controladores		-	-	345	197	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	188.091	145.566	188.436	145.763	
Lucro por ação aos acionistas da Compan	hia:					
Lucro básico por ação		0,35469	0,27453	0,35469	0,27453	
Lucro diluído por ação		0,35054	0,27185	0,35054	0,27185	

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados no intangível, provisões técnicas e para contingências, provisão para riscos sobre créditos e *stock options*. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, inclusive as contraprestações a receber de clientes.

Atualmente, as perdas identificadas na avaliação da recuperabilidade do contas a receber, classificada no resultado em "provisão para perdas sobre créditos", representam cerca de 3,4% das receitas totais da Companhia e de suas Controladas, sendo que aproximadamente 81,7% do total das perdas provêm dos contratos individuais pré-pagos.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis.

Referem-se, basicamente, aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias relativas à: ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de Controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado em lucros tributários futuros gerados no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e outras provisões (nota 10.1).

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise e avaliação de recuperabilidade para ativos não financeiros. Na apuração de *impairment* do ágio, a Companhia emprega a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Na avaliação do valor em uso, a Administração acredita que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas mencionadas na nota 13.2 levaria o valor contábil a exceder significativamente o seu valor recuperável.

(d) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia dispõe de contratos de planos de assistência odontológica na modalidade pré-pagos que são classificados por similaridade como contratos de seguro em decorrência da transferência significativa de risco de seguro para a Companhia. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área em que a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia liquidará em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tais obrigações (vide política contábil sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos na nota 5.2).

(e) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e *status* (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25/IAS 37 (nota 18.1).

5. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas são os riscos: de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de seguros e de flutuação dos custos odontológicos, do mercado de atuação (concorrência) e de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

As políticas e estratégias são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria que foi criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

5.1 Fatores de risco financeiro

5.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Em seu mercado de atuação e situação patrimonial, o risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna (Diretoria Administrativa e Financeira e Comitê de Auditoria) e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 159/07 e RN 206/09, da ANS, alteradas pelas RNs 208/09, 290/12 e RN 322/13 para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas, conforme demonstrada na nota 7, totalizavam R\$246.856 (R\$213.512 em 31 de dezembro de 2012), dos quais 93,2% (92,5% em 31 de dezembro de 2012) dos recursos estão aplicados em fundos de investimentos. Tais fundos, em sua maioria exclusivos, são impactados pelas variações na taxa de remuneração de títulos públicos do tesouro nacional (LTN, NTN e LFT).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008 CPC 40 (R1), a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa selic, conforme destacado no quadro a seguir:

					Consolidado					
		31 de dezembro de								
	Selic		Fundos de	Títulos públicos	_					
	(a.a)¹	CDBs	investimentos	federais	Total					
Aplicações		16.816	8.431	221.609	246.856					
Projeção rentabilidade próximos	12 meses:									
Provável	10,58%	1.779	892	23.446	26.117					
Queda 25%	7,94%	1.334	669	17.585	19.588					
Queda 50%	5,29%	890	446	11.723	13.059					
Elevação 25%	13,23%	2.225	1.115	29.319	32.659					
Elevação 50%	15,87%	2.669	1.338	35.169	39.176					

¹ Baseada nas curvas de juros futuros disponibilizados pela BM&F Bovespa

(a) distribuição das aplicações em CDBs junto às instituições financeiras, bem como a classificação destas junto às agências de crédito:

	Consolidado			Ratings das instituições financeiras					anceiras		
	31 de	Rendimento	31 de	Rendimento		Fitch		Moody's		S&P	Nível
	dezembro de 2013	médio - % do CDI	dezembro de 2012	médio - % do CDI	СР	LP	CP	LP	СР	LP	hierárquico¹
Banco Bradesco S.A.	2.938	98,5%	2.817	100,8%	F1+(bra)	AAA(bra)	BR-1	Aaa.br	brA-1	brAAA	2
Banco Industrial e Comercial S.A.	682	107,0%	628	105,0%	F1(bra)	A+(bra)	BR-1	Aa2.br	-	brAA-	2
Banco Panamericano S.A.	51	102,0%	48	104,0%	F1+(bra)	AA-(bra)	BR-1	A1.br	-	-	2
Banco Santander Brasil S.A.	4.160	101,0%	4.144	100,5%	F1+(bra)	AAA(bra)	BR-1	Aaa.br	brA-1	brAAA	2
Banco Votorantim S.A.	8.985	103,5%	8.418	104,5%	F1+(bra)	AA+(bra)	BR-1	Aaa.br	brAAA	brA-1	2
	16.816		16.055								

¹Nota 2.7.3 Estimativa do valor justo.

(b) composição da carteira do fundo exclusivo "Bradesco – Fundo de Investimento Renda Fixa OdontoPrev":

	Consolidado						
Ativo²	Descrição	Emissão	Vencimento	Mercado	hierárquico¹		
Compromissadas	Nota do Tesouro Nacional - NTN	14/01/2009	02/01/2014	34.187	1		
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	11/01/2008	07/03/2014	37.139	1		
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	09/05/2008	07/09/2014	37.219	1		
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	06/03/2009	07/03/2015	51.886	1		
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	03/07/2009	07/09/2015	41.530	1		
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	15/07/2011	01/03/2018	12.391	1		
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	11/01/2013	01/09/2018	5.902	1		
Titulos Públicos	Letras do Tesouro Nacional - LTN	22/12/2010	01/01/2015	1.355	1		
				221.609			

¹Nota 2.7.3 Estimativa do valor justo.

²Estão sujeitos ao risco pais atualmente classificado como "BBB" pela Fitch.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o CPC 36 (R3)/IFRS10 efetuamos a consolidação do fundo exclusivo "Bradesco – Fundo de Investimento Renda Fixa OdontoPrev" em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (nota 2.2; item c).

Os instrumentos financeiros derivativos estão representados por contratos de mercado futuro de taxa de juros (DI1) demonstrados ao seu valor de mercado, os quais são integrantes da carteira do fundo exclusivo e são utilizados com o objetivo de cobrir exposições ao risco de taxa de juros prefixada, passando-as para taxa de juros pós-fixada (CDI). Em 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$0 (31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$7).

5.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem os valores decorrentes das contraprestações e serviços vencidos. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota 2.7.5.

A Companhia não tem cliente que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. Na nota 20 apresentamos a margem de contribuição e os principais ativos por segmento operacional, sendo o de planos coletivos pré-pagos o mais representativo.

5.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e das suas Controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada e corretores, principais fornecedores, transcorrem ao longo do mês.

5.2 Risco de seguro e risco de flutuação dos custos odontológicos

O modelo de negócio da OdontoPrev é baseado na cobrança de mensalidades aos clientes, em contratos de médio e longo prazo, e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização dos serviços prestados junto à rede credenciada, e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

A OdontoPrev opera com mais de 100 planos odontológicos diferentes registrados na ANS que, juntamente com os planos odontológicos cujo registro é feito pelas operadoras de planos médico-hospitalares que atuam em conjunto com a Companhia, representam uma ampla gama de opções. No desenvolvimento e estruturação de novos planos odontológicos são levados em consideração os fatores descritos abaixo:

Modelo de risco: implica em determinar quem arca com o custo do tratamento odontológico durante a vida do contrato, e classificam-se em pré-pagos ou pós-pagos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo do tratamento odontológico pode ser suportado pela Companhia, pelo cliente ou compartilhado por ambos, de diversas formas. Quando a OdontoPrev arca total ou parcialmente com esse custo, a taxa mensal *per capita* embute a previsão atuarial desses, bem como as demais despesas administrativas e comerciais (prépagos). Quando o cliente arca com o referido custo, a taxa mensal *per capita* cobrada inclui apenas as despesas administrativas e comerciais, sendo os honorários dos cirurgiões-dentistas repassados diretamente ao cliente (pós-pagos).

O modelo de risco pré-pago tem sido a opção da grande maioria dos clientes, tendo em vista o claro benefício em diluir seu risco individual. Este tipo de modelo é mais previsível para o cliente, evitando oscilações não desejadas de custo ao longo do contrato, e é de mais fácil gestão. Na nota 20, destacamos a margem de contribuição e composição dos principais ativos dos produtos comercializados pela Companhia.

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência odontológica contratada: (i) se em rede credenciada; (ii) se no cirurgião-dentista de sua livre escolha; ou (iii) se em unidades próprias de atendimento. Na rede credenciada o beneficiário recebe os serviços odontológicos de que necessita, dentro da cobertura a que tem direito, sem qualquer desembolso adicional, além de contar com a plena atuação dos sistemas de controle de qualidade e seleção dos profissionais. No sistema de livre escolha de profissionais, o beneficiário é atendido pelo profissional de sua preferência. O beneficiário deve efetuar o pagamento diretamente a este e, posteriormente, solicitar o reembolso dos valores gastos, nos limites de seu contrato. Quando a opção se dá pelo atendimento em unidades próprias, duas modalidades são possíveis: o plano odontológico propriamente dito, denominado pela ANS de segmento odontológico próprio, ou a locação de consultórios odontológicos exclusivos dentro do cliente. No primeiro modelo, ocorre a definição de uma cobertura determinada e o pagamento pelo beneficiário de uma taxa mensal *per capita*. No segundo modelo, ocorre simplesmente o pagamento de um valor fixo por consultório, sem definição de cobertura, designação de beneficiários ou taxa *per capita*.

Modelo de adesão: determina se o grupo de beneficiários será vinculado de forma integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano, e como se dará o pagamento da taxa mensal *per capita*, ou seja, se será totalmente custeado pelo cliente (empregador, associação, etc.), totalmente custeado pelo beneficiário, ou rateado por ambos, em diversas proporções.

Coberturas: é o conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano odontológico contratado. A regulamentação vigente determina uma cobertura odontológica mínima, definida pela ANS.

A cobertura mais comercializada é a do plano integral, que é superior à do plano odontológico mínimo, mas que não inclui as especialidades prótese, ortodontia e implantes.

Fatores moderadores de utilização: regras de uso e acesso aos serviços odontológicos cobertos, os quais contribuem na definição do custeio desses serviços e evitam o uso predatório e abusivo do sistema. Os principais tipos empregados são: (i) co-participação, que consiste no pagamento pelo próprio beneficiário de uma parte do valor dos tratamentos efetivamente recebidos; (ii) carências, que consistem em períodos nos quais o beneficiário não poderá utilizar-se dos serviços cobertos por seu plano; e (iii) franquias, que consistem em patamares de valor por evento de tratamento odontológico de responsabilidade exclusiva dos beneficiários até o limite da franquia, a partir dos quais se inicia a cobertura efetiva do plano.

Os fatores moderadores estão presentes em diversas estruturas de planos odontológicos, sobretudo nos planos por adesão e para clientes individuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Honorários: são consideradas remunerações diferenciadas para os profissionais da nossa rede credenciada, bem como diversos patamares de reembolso de livre escolha.

Adicionalmente, ao risco de seguros, o **risco de flutuação dos custos odontológicos** também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos. Tais custos podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e maiores valores de materiais odontológicos.

Para controle destes a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, através de imagens e de análise do prontuário eletrônico do associado, monitorando assim os custos odontológicos por cliente.

Os contratos, de forma geral, possuem prazo médio de 24 meses, originalmente com cláusula de rescisão com aviso prévio de 90 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas (ou seja, custo de serviços dividido pela receita de vendas) e reajuste pela inflação conforme índice negociado com cada cliente.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos visando minimizar os riscos, bem como a manutenção do equilíbrio financeiro destes. Todos os procedimentos mencionados procuram minimizar eventuais perdas ou redução de margem de contribuição. Geralmente, é admitido que um índice de sinistralidade de até 60% permita uma margem capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme dados constantes das notas 3 e 20, o índice de sinistralidade (custo de serviços dividido pela receita de vendas) consolidado foi de 46,9% e a margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização divido pela receita de vendas) de 43,9%.

No quadro a seguir destacamos acréscimo/redução em margem de contribuição decorrentes das variações do índice de sinistralidade:

469.215	43,9%	328.616	30,7%	542.538	50,7%	
(99.226)	-9,3%	(99.226)	-9,3%	(99.226)	-9,3%	
(501.165)	-46,9%	(641.764)	-60,0%	(427.842)	-40,0%	
1.069.606	100,0%	1.069.606	100,0%	1.069.606	100,0%	
dezemb	oro de 2013	l _i	gual a 60%	lgual a 40%		
Exercício findo	em 31 de					
	dezemb 1.069.606 (501.165) (99.226)	(501.165) -46,9% (99.226) -9,3%	dezembro de 2013 1.069.606 100,0% 1.069.606 (501.165) -46,9% (641.764) (99.226) -9,3% (99.226)	dezembro de 2013 Igual a 60% 1.069.606 100,0% 1.069.606 100,0% (501.165) -46,9% (641.764) -60,0% (99.226) -9,3% (99.226) -9,3%	dezembro de 2013 Igual a 60% Igual a 60% 1.069.606 100,0% 1.069.606 100,0% 1.069.606 (501.165) -46,9% (641.764) -60,0% (427.842) (99.226) -9,3% (99.226) -9,3% (99.226)	

5.3 Risco operacional - mercado de atuação (concorrência)

A Companhia opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo empresas do setor de assistência à saúde, principalmente as operadoras de seguro saúde, de planos médicos hospitalares, cooperativas odontológicas, entidades filantrópicas e operadoras exclusivamente odontológicas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A OdontoPrev possui uma estratégia de comercialização diversificada, a qual possibilita comercializar seus produtos a uma faixa maior de grupos em potencial e de maneira mais eficiente, bem como os diversos canais de distribuição proporcionam flexibilidade para satisfazer as necessidades dos vários tipos de clientes. Comercializa planos odontológicos a empresas, associações e individuais por meio de:

- equipe interna de vendas, que atua em âmbito nacional;
- rede de corretores independentes;
- alianças comerciais com planos médico-hospitalares;
- canais de distribuição do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco de Seguros.

Atualmente os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos são: (i) desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços; (ii) falta de alternativa do sistema público; (iii) crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas; (iv) oportunidades representadas pelo crescente interesse de novos canais de distribuição; e (v) regulamentação.

5.4 Risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico".

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Companhia mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Na nota 14 são descritas as regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e margem de solvência, conforme definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Numerário e depósitos a vista	4.607	39	4.799	126
Depósitos a curto prazo	4.232	3.452	5.467	4.292
	8.839	3.491	10.266	4.418

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)

As aplicações financeiras, classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, em sua maioria, possuem liquidez imediata e estão compostas por:

		Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	16.732	15.580	16.816	16.055	
Fundos de investimentos (não exclusivo)	4.425	4.153	8.431	7.922	
Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	210.941	179.928	221.609	189.535	
	232.098	199.661	246.856	213.512	

CDBs: referem-se a títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária. Na nota 5.1.1 (a) destacamos as instituições financeiras nas quais a Companhia e suas Controladas mantêm aplicações em CDBs.

Fundos de investimentos: os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos públicos federais: referem-se a fundo exclusivo, o qual é administrado pelo Banco Bradesco e tem a gestão da carteira exercida pelo Bradesco *Asset Management*, em condições de mercado, conforme destacado na nota 5.1.1 (b).

Uma parcela do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$70.187 (R\$65.249 em 31 de dezembro de 2012) pela Companhia e R\$73.896 (R\$68.730 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado está vinculada à ANS para garantia das provisões técnicas, de acordo com a RN 206/09, alterada pelas RNs 208/09, 290/12 e 322/13, sendo que não é obrigatória a constituição de garantias para PESL com vencimento inferior a 30 dias e PPCNG.

Companhia

Composição da carteira de investimentos quanto aos prazos de vencimentos originais:

					o o i i pa i i i a
_	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósito bancário (CDBs)	-	3.537	8.227	4.968	16.732
Fundos de investimentos (não exclusivo)	4.425	-	-	-	4.425
Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	-	71.305	37.219	102.417	210.941
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.425	74.842	45.446	107.385	232.098
Saldo em 31 de dezembro de 2012 =	4.153	4.712	13.668	177.128	199.661
_					Consolidado
<u>-</u>	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósito bancário (CDBs)	-	3.621	8.227	4.968	16.816
Fundos de investimentos (não exclusivo)	8.431	-	-	-	8.431
Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	-	71.326	37.219	113.064	221.609
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.431	74.947	45.446	118.032	246.856
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.922	5.187	13.668	186.735	213.512
	1.522	5.167	13.000	100.735	213.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações em CDBs e fundos de investimentos são classificadas no ativo circulante, independente de seus prazos de vencimento, tendo em vista a garantia de liquidez diária integral oferecida pela contraparte ou por possuir carência de até 12 meses e também por estarem classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

8. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (empréstimos e recebíveis - clientes)

Correspondem aos valores a receber de pessoas físicas e jurídicas, como segue:

			Companhia			Consolidado
	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de
	de 2013	de 2012	2012	de 2013	de 2012	2012
Faturas a receber	119.076	119.815	1 05.595	121.439	125.345	111.212
Notas de débito	1.357	1.483	600	1.356	1.483	600
Contraprestações pecuniárias a receber	120.433	121.298	106.195	122.795	126.828	111.812
Provisão para perdas sobre créditos	(36.307)	(25.844)	(22.234)	(37.168)	(26.523)	(23.240)
	84.126	95.454	83.961	85.627	100.305	88.572

As composições de créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, da Companhia e do Consolidado, estão demonstradas a seguir:

					Companhia
_				Vencidas	
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Contraprestações pecuniárias a receber	70.381	16.753	12.282	21.017	120.433
Provisão para perdas sobre créditos	(6.667)	(2.407)	(6.216)	(21.017)	(36.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	63.714	14.346	6.066	-	84 .126
Saldo em 31 de dezembro de 2012	73.314	15.076	7.064		95.454
Saldo em 01 de janeiro de 2012	69.120	9.053	5.788	<u>-</u>	83.961
_					Consolidado
				Vencidas	
_	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Contraprestações pecuniárias a receber	71.637	17.003	12.439	21.716	122.795
Provisão para perdas sobre créditos	(6.683)	(2.410)	(6.359)	(21.716)	(37.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	64.954	14.593	6.080	<u> </u>	85.627
Saldo em 31 de dezembro de 2012	77.806	15.403	7.096		100.305
Saldo em 01 de janeiro de 2012	73.432	9.343	5.797	<u> </u>	88.572

O saldo de contraprestações a receber de clientes, líquidas é composto conforme demonstrativo a seguir:

			Companhia			Consolidado
	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de
	de 2013	de 2012	2012	de 2013	de 2012	2012
Faturas a receber	119.076	119.815	105.595	121.439	125.345	111.212
Notas de débito	1.357	1.483	600	1.356	1.483	600
Contraprestações pecuniárias a receber	120.433	121. 298	106.195	122.795	126.828	111.812
Provisão para perdas sobre créditos	(36.307)	(25.844)	(22.234)	(37.168)	(26.523)	(23.240)
Contraprestações pecuniárias a receber, líquidas	84 126	95.454	83.961	85.627	100.305	88.572
Adiantamentos de clientes	(3.278)	(3.022)	(3.976)	(3.293)	(3.043)	(3.993)
(=) Contas a receber de clientes, líquidas	80.848	92.432	79.985	82.334	97.262	84.579

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestações a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	Companhia Consolida					
	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de
	de 2013	de 2012	2012	de 2013	de 2012	2012
Saldo no início do período	(25.844)	(22.234)	(17.135)	(26.523)	(23.240)	(17.530)
Reversões (provisões) constituídas no período, líquidas	(35.089)	(22.744)	(18.784)	(35.840)	(22.566)	(19.454)
Perdas com clientes	24.626	19.134	13.685	25.195	19.283	13.744
Saldo no fim do período	(36.307)	(25.844)	(22.234)	(37.168)	(26.523)	(23.240)

9. Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)

			Companhia			Consolidado
	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de
	de 2013	de 2012	2012	de 2013	de 2012	2012
IRPJ	1.122	766	4.982	6.169	6.029	9.978
CSLL	122	76	1.415	1.436	1.078	2.153
IRRF	1.871	707	627	2.566	1.269	1.216
PIS e COFINS	307	310	414	2.806	2.351	1.769
ISS	474	200	16	484	208	34
INSS	-	-	1	72	124	51
ICMS	-	-	-	2	-	-
	3.896	2.059	7.455	13.535	11.059	15.201

10. Realizável a longo prazo

10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se, basicamente, aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias cuja realização seja provável, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia e suas Controladas constituem IRPJ e CSLL sobre todas diferenças temporárias ativas.

		<u>Companhia</u>		Consolidado
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda diferido	83.928	89.934	84.803	90.755
Contribuição social diferida	30.214	32.376	30.530	32.672
	114.142	122.310	115.333	123.427

		Companhia	Consolid		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	
Provisão para perdas sobre créditos	12.344	8.787	12.639	9.062	
Provisões para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	49.794	36.609	49.939	36.782	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - controladas incorporadas	43.840	72.655	43.840	72.655	
Outras provisões	8.164	4.259	8.915	4.928	
	114.142	122.310	115.333	123.427	

A Companhia registrou ativo fiscal diferido sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de Controladas incorporadas. Tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado em lucros tributários futuros gerados no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados no ativo realizável a longo prazo, possuem a contrapartida em contas do resultado.

					Companhia
		Provisões para			
		contigências	Ágio por expectativa		
	Provisão para	fiscais,	de rentabilidade		
	perdas sobre	previdenciárias,	futura - controladas		
Ativo de imposto diferido	crédito	trabalhistas e cíveis	incorporadas	Outras provisões	Tota
Em 31 de dezembro de 2012	8.787	36.609	72.655	4.259	122.310
Debitado (creditado) ao resultado	3.557	13.185	(28.815)	3.905	(8.168)
Em 31 de dezembro de 2013	12.344	49.794	43.840	8.164	114.142
					Consolidado
		Provisões para			
		contigências	Ágio por expectativa		
	Provisão para	fiscais,	de rentabilidade		
	perdas sobre	previdenciárias,	futura - controladas		
Ativo de imposto diferido	crédito	trabalhistas e cíveis	incorporadas	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2012	9.062	36.782	72.655	4.928	123.427
Debitado (creditado) ao resultado	3.577	13.157	(28.815)	3.987	(8.094)
Em 31 de dezembro de 2013	12.639	49.939	43.840	8.915	115.333

10.2 Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos a cobrança do INSS sobre autônomos e a majoração de alíquota da COFINS, conforme quadro a seguir:

	Companhia		Consolidado
31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
1.173	691	3.280	2.975
-	-	2.084	2.235
1.173	691	1.196	740
35.593	33.476	35.8 08	33,684
35.241	33.313	35.241	33.313
352	163	567	371
508	397	512	401
37.274	34.564	39.600	37.060
	1.173 1.173 35.593 35.241 352 508	31 de dezembro de 2013 31 de dezembro de 2012 1.173 691 1.173 691 35.593 33.476 35.241 33.313 352 163 508 397	31 de dezembro de 2013 31 de dezembro de 2012 31 de dezembro de 2013 1.173 691 3.280 1.173 691 1.196 35.593 33.476 35.808 35.241 33.313 35.241 352 163 567 508 397 512

10.3 Outros créditos a receber

Conforme nota 13.2, a Companhia teve aprovada a aquisição das empresas a seguir demonstradas. Desta forma, foram revisados os procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas utilizados por aquelas Sociedades, sendo identificados casos que envolvem potenciais riscos. O montante identificado tem como contrapartida o valor registrado na rubrica "outras exigibilidades", nota 18.2.

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
DentalCorp	993	1.057	993	1.057
Care Plus	12	449	12	449
Sepao	=	107	=	107
Prontodente	41	41	41	41
OdontoServ	143	169	143	169
Grupo Papaiz	=	-	1.323	-
	1.189	1.823	2.512	1.823

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o previsto nos Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Cotas e Outras Avenças, firmado entre os antigos sócios dessas empresas e a Companhia, esses sócios, em determinadas circunstâncias, garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia seja obrigada a efetuar. Os montantes registrados em outros créditos encontram-se garantidos em aplicações efetuadas em fundos de investimentos e CDBs em nome dos antigos sócios que somente poderão movimentar estas aplicações com autorização da Companhia, minimizando assim qualquer risco de crédito relativo a operação de aquisição do controle societário das empresas mencionadas.

11. Investimentos

		Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	
Participações em controladas - rede odontológica	8.942	7.423	=	-	
Participações em controladas - outras	25.476	18.746	=	-	
Outras participações societárias	1.450	432	3.750	1.030	
	35.868	26.601	3.750	1.030	

As participações da Companhia em Controladas são classificadas como segue:

					2013	Equiva	lência Patrimonial	Saldo	de investimentos
 Controladas	Capital	Quantidade de cotas/ações possuidas	Participação (%)	Lucro do exercício	Patrimônio líquido	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Rede Dental	1.162	1.162	99,9	4.173	8.227	4.173	4.356	8.227	7.054
Adcon	43	860	99,9	345	715	345	(230)	715	369
		Pa	rticip ações em co	ontroladas - rede	odontológica	4.518	4.126	8.942	7.423
Clidec	8.290	8.290	99,9	1.455	17.238	1.495	666	17.238	11.244
OdontoPrev Serviços	2.278	2.278	99,9	736	8.238	736	1.890	8.238	7.502
			Participa	ações em contro	ladas - outras	2.231	2.556	25.476	18.746
				Participações e	m controladas	6.749	6.682	34.418	26.169

Em 31 de dezembro de 2013, a equivalência patrimonial totalizou R\$6.715 (R\$5.975 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a despesa de R\$34 (despesa de R\$707 em 31 de dezembro de 2012) refere-se as participações nas Coligadas Odontored CV.

12. |mobilizado

											Companhia
									Outras		
	Equiptos, de			Máquinas e	Móveis e	Equiptos. de	Equiptos.	Total de	imo bi lizações	lmobilizações	
	computação	Veículos	Instalações	equiptos.	utensílios	comunicação	odontológicos	uso próprio	(benfeitorias)	em curso	Total
Valor residual em 31 dezembro de		,	, ,								
2012	2.107	428	126	520	1.565	15 6	56	4.958	1.133	1.083	7.174
Aquisições e (baixas)	730	73	(6)	20	(366)	838	(33)	1.256	16	(779)	493
Depreciações	(644)	93	(30)	(72)	(104)	37	17	(703)	(329)		(1.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.193	594	90	468	1.095	1.031	40	5.511	820	304	6.635
Custo de aquisição	8.075	1.435	533	1.054	2.884	1.601	423	16.005	4.689	304	20.998
De preciações acumuladas	(5.882)	(841)	(443)	(586)	(1.789)	(570)	(383)	(10.494)	(3.869)	-	(14.363)
Valor residual em 31 de dezembro											
de 2013	2.193	594	90	468	1.095	1.031	40	5.511	820	304	6.635
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10	_	20	_	_

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

											Consolidado
	Equiptos. de computação	Veículos	Instalações	Máquinas e equiptos.	Móveis e utensílios	Equiptos. de comunicação		Total de uso próprio	Outras imobilizações (benfeitorias)	lmobilizações em curso	Total
Valor residual em 31 dezembro de				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·							
201 2	2.217	429	240	592	1.932	159	609	6.178	1.415	1.996	9.589
Aquisições e (baixas)	779	73	(6)	54	(235)	836	117	1.618	242	(135)	1.725
Depreciações	(659)	93	(45)	(88)	(181)	37	(96)	(939)	(451)		(1.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.337	595	189	558	1.516	1.032	630	6.857	1.206	1.861	9.924
Custo de aquisição	8.691	1.468	1.940	1.266	3.781	1.607	2.136	20.889	6.078	1.861	28.828
De preciações acumuladas	(6.354)	(873)	(1.751)	(708)	(2.265)	(575)	(1.506)	(14.032)	(4.872)	-	(18. 904)
Valor residual em 31 de dezembro											
de 2013	2.337	595	189	558	1.516	1.032	630	6.857	1.206	1,861	9.924
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10	-	20	-	-

13. Intangível

13.1 Ágio na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente. A partir dessa data, deixaram de ser amortizados, passando a ser avaliados anualmente por testes de *impairment*.

13.2 Teste do ágio para verificação de impairment

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis. É alocado às unidades de negócio (UN) para fins de teste de *impairment*, as quais se beneficiam da combinação de negócios que originou o ágio, conforme destacado no quadro a seguir:

	Dadas biskissas					24	ezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		•	ção e/ou aprovação	-				
	Data	Valor total	Valor patrimonial	Data da Incorporação	Agio _	Amortização	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental	18 de outubro de 2009	723.392	313.752	01 de julho de 2010	409.640	-	409.640	409.640
OdontoServ	27 de fevereiro de 2009	30.841	10.025	01 de dezembro de 2009	20.816	Ð	20.816	20.816
Prontodente	22 de dezembro de 2008	5.445	(235)	01 de dezembro de 2009	5.680	-	5.680	5.680
Sepao	24 de outubro de 2008	9.203	82	01 de dezembro de 2009	9.121	(303)	8.818	8.818
SRJSPE	26 de junho de 2008	13.720	(130)	01 de dezembro de 2008	13.850	(1.616)	12.234	12.234
Care Plus	19 de junho de 2008	13.113	(230)	01 de dezembro de 2008	13.343	(1.563)	11.780	11.780
Biodent	19 de junho de 2008	2.837	98	01 de dezembro de 2008	2.739	(319)	2.420	2.420
Rede Dental	08 de outubro de 2007	7.584	(119)	não incorporada	7.703	(1.544)	6.159	6.159
DentalCorp	09 de fevereiro de 2007	25.244	386	03 de março de 2008	24.858	(9.529)	15.329	15.329
Total da Companhia	_	831.379	323.629		507.750	(14.874)	492.876	492.876
Easy	08 de julho de 2008	3.100	456	não incorporada	2.644	(265)	2.379	2.379
G2D ²	09 de agosto de 2012	750	4 16	não incorporada	334	-	334	334
Grupo Papaiz³	31 de jan eiro de 2013 _	5.487	780	não incorporada	4.707		4.707	
Total do Consolidado	_	840.716	325.281		515.435	(15.139)	50 0 .2 96	495.589

¹ Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

O teste de *impairment* do ágio é aplicado no mínimo anualmente, tendo o último sido realizado em 31 de dezembro de 2013. Neste teste foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado baseada na natureza da unidade geradora de caixa avaliada, na existência de controle financeiro e operacional histórico da UN, na disponibilidade de projeções financeiras e em discussões com a Administração. Não foram identificados indícios de *impairment* para estes ativos, desta forma, concluímos não ser necessária constituição de provisão para perda.

² Empresa coligada

³ Equivale a 60% da participação da empresa Clidec na Clidec Participações, conforme mencionado na nota 1.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir relacionamos as premissas utilizadas para realização do teste de impairment.

Período de apuração: 6 anos, sendo de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2019 e perpetuidade

Moeda de projeção: R\$ nominais, considerando o efeito inflacionário

Taxa de desconto: 14,0% de acordo com a metodologia WACC¹

Premissas especificas: (i) demonstrativos contábeis e gerenciais da UN e da OdontoPrev ; (ii) informações gerenciais

Taxa de crescimento na perpetuidade: inflação projetada de 5,3%, sem crescimento real

Premissas macroeconômicas: Descrição 2014P 2015P 2016P 2017P 201**8P** 2019P Crescimento do PIB 2,00% 2,38% 2,94% 3,11% 2,81% 2,95% Inflação - IPCA 5,95% 5,62% 5,31% 5,23% 5,39% 5,31%

13.3 Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de software e outros

			Companhia		Consolidado
		31 de dezembro de			
	Período de amortização	2013	2012	2013	2012
Desenvolvimento de sistemas	60 meses	21.394	15.303	21.649	15.458
Licenças de uso de software	60 meses	9.210	7.575	10.671	9.018
Ativos intangíveis - OdontoServ	linear conforme vida útil (laudo de avaliação)	9.779	9.779	9.779	9.779
Outros		-	-	19	19
Amortizações acumuladas		(18.025)	(15.060)	(18.518)	(15.535)
		22.358	17.597	23.600	18.739

13.4 Movimentação do ativo intangível

				Companhia
	Ágio na aquisição de investimentos	Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software e outros	Despesas de comercialização diferidas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	492.876	17.597	8.288	518.761
Adições	-	8.270	19.527	27.797
Amortizações	-	(3.509)	(18.414)	(21.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	492.876	22.358	9.401	524.635
Custo	507.750	40.383	27.815	575.948
Amortização e impairment acumulados	(14.874)	(18.025)	(18.414)	(51.313)
Saldo contábil, líquido	492.876	22.358	9.401	524.635

				Consolidado
		Desenvolvimento de		
	Ágio na aquisição de	sistemas e licença de	Despesas de	
_	investimentos	uso de software e outros	comercialização diferidas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	495.589	18.739	8.288	522 .61 6
Adições	4.707	8.389	19.527	32.623
Amortizações	-	(3.528)	(18.414)	(21.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	500.296	23.600	9.401	533.297
Custo	515.435	42.698	27.815	585.948
Amortização e impairment acumulados	(15.139)	(19.098)	(18.414)	(52.651)
Saldo contábil, líquido	500.296	23.600	9.401	533.297

¹ WACC - Weighted Average Cost of Capital = custo médio ponderado do capital

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas

A ANS publicou em 22 de dezembro de 2009 a RN 209, alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 247/11, 313/12 e Instruções Normativas (IN) 50/12, que estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo, sendo, as principais definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos são:

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital base.
- (b) A margem de solvência (MS) corresponde à suficiência (S) do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações, ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos, dos dois o maior.

Na tabela a seguir destacamos cálculo de PMA, MS e S:

		Companhia
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Capital base	6.264	5.871
(x) Fator K¹	0,48%	0,48%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	30	28
(+) Patrimônio líquido contábil	695.695	700.013
(+) Obrigações legais	92.803	107.910
	8.942	7.423
(-) Participações societárias em outras operadoras		
(-) Despesas diferidas	9.401	8.288
(-) Despesas antecipadas	805	502
(-) Intangível	515.234	510.473
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	254.116	281.237
(A) 0,20 vezes das contraprestações - últimos 12 meses	214.454	190.913
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - útimos 36 meses	131.610	108.215
Margem de solvência (MS) total = maior entre (A) e (B)	214.454	190.913
Suficiência total² (PLA - MS total)	39.662	90.324
MS exigida³ (%)	38,0%	35,0%
MS exigida³ (R\$)	81.493	66.820
Suficiência exigida (PLA - MS exigida)	172.623	214.417

¹ Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário, região 4 conforme anexo RN 209/09

(c) A partir de 01 de janeiro de 2011, a PEONA é obrigatória para operadoras com mais de 20.000 beneficiários. Até que haja aprovação da NTA as operadoras deverão constituir valores mínimos de PEONA observando o maior entre 9,5% do total de contraprestações e 12% do total de eventos indenizáveis nos últimos 12 meses na modalidade de preço preestabelecido. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e sua Controlada Rede Dental utilizaram desta metodologia, sendo que a partir de 31 de março de 2013 e 31 de agosto de 2013,

² Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 313/12

³ Margem de solvência exigida conforme escala de diluição prevista na RN 313/12

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

passaram a utilizar a metodologia própria para constituição da PEONA constante na NTA aprovada em 14 de março de 2013, conforme ofício nº 491/2013/ GGAME (GEHAE)/DIOPE/ANS e na NTA aprovada em 27 de agosto de 2013, conforme ofício 3177/2013/GGAME (GEHAE)/DIOPE/ANS, respectivamente.

O montante de PEONA calculado com base na NTA é contabilizado no passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui saldo de PEONA de R\$51.395 (R\$59.773 em 31 de dezembro de 2012) e Consolidado de R\$52.612 (R\$61.276 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)" no grupo "provisões técnicas de operações de assistência odontológica" de acordo com a RN 290/12, alterada pela RN 322/13. O saldo em 31 de dezembro de 2013 da Companhia corresponde a R\$13.438 (R\$16.928 em 31 de dezembro de 2012). No Consolidado, o saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.308 (R\$17.888 em 31 de dezembro de 2012).

Conforme CPC 11/IFRS 4 parágrafo 37 destacamos a seguir a movimentação das provisões relativas a eventos (passivos de seguros):

	Companhia	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.701	79.164
Eventos indenizáveis líquidos	443.753	451.644
Eventos pagos	(447.243)	(455.224)
Variação de PEONA	(8.378)	(8.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	64.833	66.920
Provisão de eventos e sinistros a liquidar (PESL)	13.438	14.308
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	51.395	52.612
Saldo em 31 de dezembro de 2013	64.833	66.920

(e) A partir de 2013 a Companhia, conforme RN 322/13, passou a constituir no passivo circulante a PPCNG, que prevê o registro da receita conforme período de vigência contratual. Em 2012 e 2011 utilizávamos a conta "faturamento antecipado" no ativo circulante, sendo que em 2013 efetuamos a reclassificação para efeito de comparação, conforme mencionado na nota 2.1 (i).

15. Tributos e contribuições a recolher (obrigações fiscais)

			Companhia			Consolidado
	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de	31 de dezembro	31 de dezembro	01 de janeiro de
	de 2013	de 2012	2012	de 2013	de 2012	2012
Obrigações fiscais federais	8.901	6.068	6.405	9.844	7.366	7.844
IRPJ	1.803	1.522	=	2.006	1.776	522
CSLL	1.015	674	-	1.113	772	206
COFINS	1.795	1.103	1.232	1.983	1.611	1.572
PIS	840	578	964	918	692	1.038
IRRF	3.140	1.857	3.884	3.458	2.138	4.142
Outras	308	334	325	366	377	364
Obrigações fiscais estaduais	-	-	-	-	47	13
Obrigações fiscais municipais	1.280	1.136	1.239	1.632	1.464	1.580
	10.181	7.204	7.644	11.476	8.877	9.437

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

		Companhia	Consolida			
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012		
Comercialização sobre operações	4.249	4.391	4.286	4.418		
Fornecedores de bens e serviços	9.428	4.628	10.442	4.498		
	13.677	9.019	14.728	8.916		

Comercialização sobre operações: compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos, em sua maioria liquidados mensalmente.

Fornecedores de bens e serviços: prestação de serviços diversos relacionados a manutenção e funcionamento das atividades complementares da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 inclui R\$4.000 de honorários de assessoria financeira a serem pagos ao Banco Bradesco BBI S.A. relativos ao processo de Associação Banco do Brasil.

17. Outras contas a pagar

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Diversas	14.045	5.947	14.378	6.873
Comissões	4.008	2.414	4.008	2.414
Suporte TI e atendimento	434	344	434	344
Telecomunicações	422	505	431	505
Serviços	1.288	1.231	1.537	1.458
Associações de classe	80	151	80	151
Locação	85	171	151	250
Viagens	233	300	242	320
Eventos indenizáveis e encargos	7.495	831	7.495	831
Investimentos a pagar	-	-	-	600
Créditos a identificar	8.255	12.089	8.616	12.520
Outros	996	604	1.292	738
	23.296	18.640	24.286	20.131

18. Não circulante

18.1 Provisões para contingências

A Administração da Companhia constitui provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, e considera que os valores provisionados na rubrica "provisões para contingências", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. Os valores relativos a perdas possíveis não provisionados, referentes a 710 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) e a 40 processos trabalhistas da Companhia e de suas Controladas, em 31 de dezembro de 2013, totalizam o montante de R\$28.776 (R\$10.546 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais envolvendo, principalmente, contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas e cíveis, como segue:

					Companhia
31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
Depósitos		Depósitos			
Provisão	judiciais	Provisão líquida	Provisão	judiciais	Provisão líquida
1.394	(1.173)	221	1.284	(691)	593
143.731	(35.593)	108.138	104.227	(33.476)	70.751
143.339	(35.241)	108.098	103.817	(33.313)	70.504
392	(352)	40	410	(163)	247
2.739	(508)	2.231	3.462	(397)	3.065
147.864	(37.274)	110.590	108.973	(34.564)	74.409
	1.394 143.731 143.339 392 2.739	Provisão Depósitos judiciais 1.394 (1.173) 143.731 (35.593) 143.339 (35.241) 392 (352) 2.739 (508)	Provisão Depósitos judiciais judiciais Provisão líquida 1.394 (1.173) 221 143.731 (35.593) 108.138 143.339 (35.241) 108.098 392 (352) 40 2.739 (508) 2.231	Provisão judiciais Provisão líquida Provisão 1.394 (1.173) 221 1.284 143.731 (35.593) 108.138 104.227 143.339 (35.241) 108.098 103.817 392 (352) 40 410 2.739 (508) 2.231 3.462	Provisão Depósitos judiciais Provisão líquida Provisão judiciais Depósitos judiciais 1.394 (1.173) 221 1.284 (691) 143.731 (35.593) 108.138 104.227 (33.476) 143.339 (35.241) 108.098 103.817 (33.313) 392 (352) 40 410 (163) 2.739 (508) 2.231 3.462 (397)

						- onipainia
_				31 de de	zembro de 2013	
_		Previdenciár	io e trabalhista			31 de dezembro de
Movimentações	Fiscal	INSS	Outros	Cíveis	Total	2012
Saldo inicial	1.284	103.817	410	3.462	108.973	70.497
Constituição	118	31.532	33	1.496	33.179	33.397
Baixas	(8)	=	(51)	(2.457)	(2.516)	(1.096)
Atualização monetária	-	7.990	<u> </u>	238	8.228	6.175
Saldo final	1.394	143.339	392	2.739	147.864	108.973
Quantidade de processos					152	121

						Consolidado
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012			
	Depósitos			Depósitos		
	Provisão	judiciais	Provisão líquida	Provisão	judiciais	Provisão líquida
Fiscals	2.576	(3.280)	(704)	2.523	(2.975)	(452)
Previdênciárias e trabalhistas	144.145	(35.808)	108.337	104.673	(33.684)	70.989
INSS	143.339	(35.241)	108.098	103.817	(33.313)	70.504
Outros	806	(567)	239	856	(371)	485
Cíveis	2.843	(512)	2.331	3.553	(401)	3.152
	149.564	(39.600)	109.964	110.749	(37.060)	73.689

						Consciluado
_				31 de de	zembro de 2013	
_		Previdenciár	io e trabalhista		,	31 de dezembro de
Movimentações	Fiscal	INSS	Outros	Cíveis	Total	2012
Saldo inicial	2.523	103.817	856	3.553	110.749	72.438
Constituição	117	31.537	41	1.496	33.191	34.203
Baixas	(64)	-	(91)	(2.459)	(2.614)	(2.098)
Atualização monetária	-	7.985	<u> </u>	253	8.238	6.206
Saldo final	2.576	143.339	806	2.843	149.564	110.749
Quantidade de processos	·				159	134

(a) Fiscais:

O passivo relacionado às contingências fiscais em discussão judicial é mantido até o trânsito em julgado da ação (decisão definitiva sem que caiba mais recurso pelas partes).

A Companhia e sua Controlada Clidec, através de ação judicial, pleitearam a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC7/70, e não na forma preconizada pela Lei 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos com base na alíquota de 3%. Houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Previdenciárias e trabalhistas:

(i) INSS

A Companhia e sua Controlada Rede Dental discutem judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC 84/96 e, após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição. Vale mencionar que a Bradesco Dental já possuía processo judicial com o mesmo objeto, tendo realizado depósitos judiciais até julho de 2010, data da incorporação societária pela Companhia, oportunidade em que esta assumiu o polo ativo da referida demanda. Em dados consolidados, em 31 de dezembro de 2013, tais obrigações estão totalmente contabilizadas no montante de R\$143.339 (R\$103.817 em 31 de dezembro de 2012), para os quais foram realizados depósitos judiciais atualizados monetariamente de R\$35.241 (R\$33.313 em 31 de dezembro de 2012).

(ii) Outras

A Companhia e suas Controladas são parte em ações de natureza trabalhista, sendo a grande maioria pedidos de reajuste salarial na forma prevista em convenção coletiva da qual o sindicato (Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo - SINOG), ao qual a Companhia e suas Controladas são filiadas, não participou. Em 31 de dezembro de 2013 o montante total provisionado é de R\$806 (R\$856 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Contingências cíveis:

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto, em sua grande maioria, é a indenização por danos materiais e morais, totalizando, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$3.558 (R\$3.548 em 31 de dezembro de 2012).

18.2 Outras exigibilidades

Refere-se a potenciais riscos identificados em *due diligence* e estão garantidos por depósitos em contas vinculadas, conforme nota 10.3.

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
DentalCorp	993	1.057	993	1.057
Care Plus/Biodent	-	437	-	437
Sepao	-	107	-	107
Prontodente	41	41	41	41
OdontoServ	143	169	143	169
Grupo Papaiz	<u>-</u>	<u>-</u>	1.323	-
	1.177	1.811	2.500	1.811

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$506.557, dividido em 531.294.792 ações ordinárias, sem valor nominal.

Conforme artigo 8º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a emissão de até 80.000.000 de ações, sem reforma estatutária.

A cotação de fechamento das ações da Companhia (ODPV3 - BM&FBOVESPA) em 31 de dezembro de 2013 correspondeu a R\$9,83 (R\$10,73 por ação em 31 de dezembro de 2012). O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$1,31 (R\$1,32 por ação em 31 de dezembro de 2012).

19.2 Reservas de capital

As reservas de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são de R\$16.999 (R\$19.534 em 31 de dezembro de 2012), constituídas por:

	Companhia e Consolidado
31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
48.392	48.392
20.078	14.523
(12.493)	(9.042)
(38.978)	(34.339)
16.999	19.534
	31 de dezembro de 2013 48.392 20.078 (12.493) (38.978)

Opções outorgadas: montante estimado da 4ª (saldo), 5ª, 6ª e 7ª outorgas de opções, utilizando a metodologia de cálculo *Black & Scholes*.

Outorga de opções de ações diferidas: montante estimado da 5ª, 6ª e 7ª outorgas de opções a ser apropriado pelo período de *vesting.*

Capital adicional integralizado: montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo *Black & Scholes* e o montante de exercício da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª outorga de opções.

19.3 Reservas de lucros

As reservas de lucros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são de R\$172.139 (R\$173.922 em 31 de dezembro de 2012), constituídas por:

(Companhia e Consolidado
31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
45.852	36.447
68.695	96.330
129	129
58.172	41.016
(709)	-
172.139	173.922
	31 de dezembro de 2013 45.852 68.695 129 58.172 (709)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária: conforme Estatuto Social vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: i) abatimento de prejuízos, se houver; ii) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, iii) dividendo obrigatório mínimo de 50% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas, e iv) constituição de reserva estatutária (retenção de lucros), referente ao saldo remanescente, podendo ser deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos além dos dividendos obrigatórios.

Ações em tesouraria: em 26 de julho de 2012, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 1.928.280 ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear as opções de compra de ações da 4ª outorga de opções, sendo que este programa foi encerrado em 14 de março de 2013, após a aquisição de 1.896.318 ações, visando lastrear 100% das opções de compra de ações outorgadas em 2010 (4ª outorga).

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em tesouraria é de R\$709, que representa 77.868 ações, após o exercício de 1.818.450 ações, relativas a 4ª outorga em agosto de 2013 (em 31 de dezembro de 2012 tínhamos um saldo de 0 ações em tesouraria, após exercício de 2.220.108 ações, relativas à 3ª outorga, em maio e agosto de 2012).

Dividendo adicional proposto: conforme proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2013, está sendo submetida à aprovação da AGO (a ser realizada em 01 de abril de 2014), o dividendo complementar R\$58.172, acima do percentual de 50% previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório, sendo composto por R\$30.537 de parte do lucro líquido e R\$27.635 saldo existente em reserva estatutária.

19.4 Lucros acumulados

Em atendimento ao CPC 26 (R1)/IAS1 demonstramos a movimentação da conta lucros acumulados de 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro 2013:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	-
Lucro líquido do exercício 2013	188.091
Proposta de destinação do lucro¹:	(188.091)
Reserva legal	(9.405)
Juros sobre capital próprio (0,01571 por ação)	(8.316)
Juros sobre capital próprio (0,01556 por ação)	(8.238)
Juros sobre capital próprio (0,01354 por ação)	(7.191)
Dividendos intercalares (0,09495 por ação)	(50.268)
Dividendos intercalares (0,05877 por ação)	(31.114)
Dividendos intercalares (0,06318 por ação)	(33.558)
Juros sobre capital próprio (0,01782 por ação)	(9.464)
Dividendo adicional proposto (0,10951 por ação)	(30.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-

¹Na nota 28 são destacadas data de deliberação e pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.5 Programa de outorga de opção de compra de ações

A AGE de 19 de abril de 2007 aprovou a criação de Plano de opção de compra de ações (Plano), nos termos do artigo 19 - XVIII do Estatuto Social, destinado aos empregados e Administradores da Companhia e de suas Controladas. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que terá poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. As opções outorgadas através do Plano ficam limitadas a 5% do capital total.

Abaixo relacionamos as sete outorgas do plano de opção de compra de ações concedidas de 2007 a 2013, as quais, em conjunto, representam 3,5% do capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2013:

oramentos ²	Após desdob	Original						
Valor da		Valor da		-				
opção	Quantidade ³	opção	Quantidade	Aprovação	Recomendação¹	Data da aprovação	Ano	Nº
3,74	2.662.308	44,85	221.859	Conselho de Administração	Diretor Presidente	02 de agosto de 2007	2007	1 ^a
2,70	4.241.928	32,42	353.494	Conselho de Administração	Diretor Presidente	28 de fevereiro de 2008	2008	2 ^a
1,47	3.060.024	17,60	255.002	Conselho de Administração	Diretor Presidente	25 de março de 2009	2009	3 ^a
4,31	2.096.121	12,93	698.707	Conselho de Administração	Comitê Recursos Humanos	11 de agosto de 2010	2010	4 ^a
6,96	1.751.445	20,87	583.815	Conselho de Administração	Comitê Recursos Humanos	20 de setembro de 2011	2011	5 ^a
8,22	1.609.097	8, 22	1.609.097	Conselho de Administração	Comitê Recursos Humanos	20 de setembro de 2012	2012	6ª
7,44	3.000.000	7,44	3.000.000	Conselho de Administração	Comitê Recursos Humanos	20 de agosto de 2013	2013	7ª
	18.420.923	' <u>-</u>	6.721.974	_				

¹ Nas sete outorgas Randal Luiz Zanetti (ex Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração desde 2 de janeiro de 2014) é voluntariamente não beneficiário.

O preço de exercício será corrigido monetariamente pelo IGP-M, índice de preços divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período entre a data de celebração dos contratos de opção e a data dos respectivos exercícios, deduzidas as remunerações efetuadas aos acionistas ocorridas no período.

As opções poderão ser exercidas a partir de 3 anos, contados da data de celebração do respectivo Instrumento de Outorga (período de *vesting*).

Respeitado o prazo máximo de 6 anos para o exercício e o período de cada exercício, os beneficiários poderão exercer as opções, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia, com 1 mês de antecedência de cada Reunião Ordinária do Conselho de Administração, previstos no calendário de eventos corporativos, ou outro prazo comunicado previamente ao beneficiário

Durante o prazo de 3 anos a contar da data de exercício da opção, os beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações calculado de acordo com a seguinte fórmula:

 $N = 0.5 \times Q \times (1 - Pe/Pm)$, onde:

- N = quantidade de ações retidas para venda após 3 anos do exercício.
- Q = quantidade de opções disponíveis para exercício.
- Pm = preço de mercado da ação na data do exercício (cotação de fechamento do dia anterior).
- Pe = preço de exercício da opção.

² Desdobramentos de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012.

³ A quantidade total outorgada de 18.420.923 ações representa 3,5% do capital total de 531.294.792 ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo do benefício dos programas de outorga de opção de compra de ações constituídos foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas médias ponderadas:

						Ano de	e Outorga
•	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Taxa livre de risco	5,1%	3,4%	5,3%	6,0%	9,3%	11,4%	11,3%
Volatilidade anualizada esperada	36,2%	36,1%	30,1%	26,6%	40,6%	24,3%	33,9%
Preço unitário de exercício da opção no momento da							
outorga	7,44	8,22	20,87	12,93	17,60	32,42	44,85
Preço unitário de exercício da opção no momento da							
outorga após split de 01 de julho de 2010 e 02 de abril							
de 2012	7,44	8,22	6,96	4,31	1,47	2,70	3,74
Valor justo unitário do benefício na data de outorga	3,66	5,01	13,23	7,00	14,17	19,72	20,18
Valor justo unitário do benefício na data de outorga							
após split de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de							
2012	3,66	5,01	4,41	2,33	1,18	1,64	1,68

O custo máximo, na data da outorga, de remuneração provenientes desses programas de outorga de compra de ações era de R\$46.725, conforme destacado na tabela a seguir que sumariza os programas de outorga de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2013:

				Início do período		Cancelamentos	Орç	ões exercidas	Fi	nal do período
			Valor justo		Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	da opção	Custo máximo (R\$ mil)	desligados	canceladas	Elegíveis	exercidas	Elegíveis	existentes
2007	31	2.662.308	1,68	4.477	10	989.304	21	1.673.004	-	=
2008	46	4.241.928	1,64	6.971	9	977.544	37	3.264.384	-	=
2009	51	3.060.024	1,18	3.613	10	839.916	41	2.220.108	-	=
2010	47	2.096.121	2,33	4.891	7	199.803	38	1.818.450	2	77.868
2011	45	1.751.445	4,41	7.724	4	64.012	-	=	41	1.687.433
2012	51	1.609.097	5,01	8.055	5	94.112	-	=	46	1.514.985
2013	52	3.000.000	3,66	10.994	Ē	-	=	-	52	3.000.000
	_	18.420.923		46.725		3.164.691	_	8.975.946		6.280.286

Em atendimento ao CPC 10 (R1)/IFRS 2, tomando-se por base os prazos de carência dos programas, foi reconhecido como despesa com planos de opções de ações em função do decurso de prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$6.350 em 31 de dezembro de 2013 (R\$3.624 em 31 de dezembro de 2012).

O Conselho de Administração aprovou a alienação de 8.975.946 ações, em razão do exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano, referente as outorgas de 2007 (1ª), de 2008 (2ª), de 2009 (3ª) e de 2010 (4ª).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Segmentos operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas Controladas com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, aprovados pela Diretoria.

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (i) planos coletivos pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita;*
- (ii) planos coletivos pós-pagos: o cliente assume integralmente o risco atuarial do contrato, arcando com o custo dos serviços prestados. Os serviços administrativos, de suporte e de gestão de saúde são basicamente os mesmos prestados nos nossos produtos pré-pagos. Nesse modelo, a OdontoPrev recebe uma taxa fixa mensal per capita pelos serviços de gestão, bem como reembolso do custo dos serviços odontológicos prestados no mês de referência;
- (iii) planos individuais pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal per capita;
- (iv) outros: inclui diversos segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo:
 - atendimento odontológico em consultórios próprios: incluem a instalação de consultórios dentro de clientes específicos (in company), e as unidades abertas a todos os beneficiários (através da Clidec);
 - serviços administrativos e consultivos (prestados pela OdontoPrev Serviços);
 - aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (por intermédio da Dental Partner);
 - desenvolvimento de programas de computação (por meio da Easy).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir destacamos a margem de contribuição por canal/segmento operacional da Companhia e de suas Controladas:

										Companhia
				COLETIVO	ll.	NDIVIDUAL				
	Pré	pagamento	Pós	-pagamento		pagamento		OUTROS		TOTAL
	Exercício fino	do em 31 de	Exercício find	lo em 31 de	Exercício find	o em 31 de	Exercício findo	em 31 de	Exercício fi	ndo em 31 de
		lezembro de	d	lezembro de	d	ezembro de	de	zembro de		dezembro de
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Contraprestações líquidas Tributos diretos de operações com	928.305	852.494	25.433	21.774	131.219	91.024	=	-	1.084.957	965.292
planos de assistência à saúde	(29.795)	(25.240)	(944)	(1.230)	(5.541)	(5.143)	-	-	(36.280)	(31.613)
Vendas de bens e serviços Impostos sobre vendas de bens e	=	-	-	-	-	-	27	502	27	502
serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE VENDAS	898.510	827.254	24.489	20.544	125.678	85.881	27	502	1.048.704	934.181
Custo de serviços	(445.789)	(443.916)	(8.731)	(10.999)	(33.146)	(15.351)	=	=	(487.843)	(470.266)
RESULTADO BRUTO	452.72 1	383.338	15.758	9.545	92.532	70.530	27	502	560.861	463.915
Despesas de comercialização	(61.509)	(62.422)	(4.081)	(601)	(32.798)	(24.961)	-	-	(98.388)	(87.984)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	391.212	320.916	11.677	8.944	59.734	45.569	27	502	462.473	3 75.93 1
Margem x receita de vendas (%)	43,5	38,8	47,7	43,5	47,5	53,1	100,0	100,0	44,1	40,2
Margem x total (%)	84 ,6	85,4	2,5	2,4	12,9	12,1	0,0	0,1	100,0	10 0,0
Principais ativos alocados por segmento:										
Faturas/prêmios a receber	88.350	92.197	5.642	4.944	25.079	22.674	5	-	119.076	119.815
Notas de débito	119	-	1.238	1.483	-	-	-	-	1.357	1.483
Provisão para perdas sobre créditos	(17.582)	(14.740)	(1.409)	(730)	(17.316)	(10.374)	<u> </u>	-	(36.307)	(25.844)
Ativos alocados por segmento	70.887	77.457	5.471	5.697	7.763	12.300	5	-	84.126	95.454
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa Ativos financeiros ao valor justo por	=	-	=	-	-	-	=	-	8.839	3.491
meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	232.098	199.661
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	3.896	2.059
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000	7.589
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	152.690	158.781
Investimentos	=	-	=	-	=	=	=	=	35.868	26.601
lmobilizado	-	-	=	-	=	=	-	=	6.635	7.174
Intangível	-			-		-		-	524.635	518.761
Ativos não alocados	<u> </u>			-		<u> </u>		- .	973.661	924.117
TOTAL DOS ATIVOS	-	-		-		-		-	1.057.787	1.019.571

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

										Consolidade
				COLETIVO	ĺ	NDIVIDUAL				
	Pré	-pagamento		-pagamento	Pré	pagamento		OUTROS		TOTA
	Exercício fino		Exercício find		Exercício find		Exercício findo		Exercício fi	ndo em 31 de
		lezembro de		ezembro de		ez embro de		zembro de	2010	dezembro de
Control of the Marian	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Contraprestações líquidas Tributos diretos de operações com	948.489	873.919	25.433	21.776	135.743	93.849	-	=	1.109.665	989.544
planos de assistência à saúde	(30.676)	(26.232)	(944)	(1.230)	(5.801)	(5.303)	_	_	(37.421)	(32.765
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	5.147	5.678	5.147	5.678
Impostos sobre vendas de bens e										
serviços	-	-	=	=	=	=	(7.785)	(6.974)	(7.785)	(6.974
RECEITA DE VENDAS	917.813	847.687	24.489	20.546	129.942	88.546	(2.638)	(1.296)	1.069.606	955.483
Custo de serviços	(457.109)	(457.549)	(8.731)	(11.163)	(35.325)	(16.816)	=	-	(501.165)	(485.528
RESULT ADO BRUTO	460.704	390.138	15.758	9.383	94.617	71.730	(2.638)	(1.296)	568.441	469.955
Despesas de comercialização	(61.666)	(62.622)	(4.081)	(601)	(33.479)	(25.609)	-	-	(99.226)	(88.832
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	399.038	327.516	11.677	8.782	61.138	46.121	(2.638)	(1.296)	469.215	381.123
Margem x receita de vendas (%) Margem x total (%)	43,5 8 5,0	38,6 85,9	47,7 2,5	42,7 2,3	47,1 13,0	52,1 12,1	10 0,0 (0,6)	1 00,0 (0,3)	43,9 100,0	39,9 100,0
Principais ativos alocados por										
segmento:										
Faturas/prêmios a receber	90.350	94.533	5.642	4.944	25.442	25.868	5	=	121.439	125.345
Notas de débito	119	=	1.237	1.483	=	=	=	=	1.356	1.483
Provisão para perdas sobre créditos	(18.248)	(15.311)	(1.409)	(730)	(17.511)	(10.482)		-	(37.168)	(26.523
Ativos alocados por segmento	72.221	79.222	5.470	5.697	7.931	15.386			85.627	100.305
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa Ativos financeiros ao valor justo por	=	=	-	=	-	-	-	-	10.266	4.418
meio do resultado	=	=	≘:	=	≘	=	-	=	246.856	213.512
Créditos tributários e previdenciários	-	=	-	=	=	=	-	=	13.535	11.059
Estoques	=	-	=	-	-	-	=	-	954	987
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	=	-	12.143	10.008
Realizável a longo prazo	=	_	=	-	-	-	=	-	157.533	162.397
Investimentos	-	-	-	-	=	-	-	-	3.750	1.030
lmobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	9.924	9.589
Intangível				<u> </u>	<u> </u>			<u> </u>	533.297	522.616
Ativos não alocados				-					988.258	935.616
TOTAL DOS ATIVOS									1.073.885	1.035.921

21. Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde (receita de vendas)

As contraprestações líquidas, segundo o plano de contas da ANS, adicionadas as receitas de vendas de bens e serviços e tributos incidentes, equivalem-se à receita de vendas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Possuem contrapartida junto ao ativo circulante, na conta "créditos com operações com planos de assistência à saúde" e "outros créditos a receber", respectivamente:

Contraprestações líquidas
Tributos diretos de operações com planos de assistência à
Contraprestações efetivas de operações com planos de
assistência a saúde
Venda de bens e serviços
Impostos sobre vendas de bens e serviços

	Companhia	Consolida					
Exercício findo em 31 d	e dezembro de	Exercício findo em 31	de dezembro de				
2013	2012	2013	2012				
1.084.957	965.292	1.109.665	989 544				
(36.280)	(31.613)	(37.421)	(32.765)				
1.048.677	933.679	1.072.244	956.779				
27	502	5.147	5.678				
-	-	(7.785)	(6.974)				
1.048.704	934.181	1.069.606	955.483				

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contraprestações líquidas incluem em 31 de dezembro de 2013, R\$25.433 (R\$21.774 e R\$21.776 em 31 de dezembro de 2012) na Companhia e no Consolidado, relativos a planos administrados, diferentemente do CPC 11/IFRS 4 que define como receita de prestação de serviços.

A Companhia e suas Controladas: (i) não possuem clientes que representem mais do que 10% da totalidade das receitas de vendas e (ii) geraram a totalidade de suas receitas no Brasil.

22. Eventos indenizáveis líquido (custo de serviços)

Eventos indenizáveis líquidos referem-se aos custos dos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a rede credenciada de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também os reembolsos efetuados aos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada. Os valores são registrados em contrapartida à conta "eventos a liquidar com operações de assistência à saúde" (PESL) no passivo circulante.

Adicionando-se aos eventos os totais de encargos sociais sobre serviços, materiais odontológicos, e outras despesas operacionais apuramos o custo de serviços, conforme demonstrado a seguir:

		Companhia		Consolidado
	Exercício findo em 31 de	dezembro de	Exercício findo em 31 de	dezembro de
	2013	2012	2013	2012
Eventos indenizáveis líquidos	(443.753)	(416.868)	(451.644)	(426.859)
Encargos sociais sobre serviços	(31.536)	(29.559)	(31.839)	(29.882)
Materiais odontológicos	(8.260)	(6.549)	(4.582)	(3.781)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.672)	(1.787)	(21.764)	(9.503)
Materiais operacionais	(6.161)	(6.855)	(6.268)	(6.919)
Unidades próprias	=	-	(8.940)	(7.514)
(Provisões)/reversões	(6.511)	5.068	(6.556)	4.930
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	8.378	(15.503)	8.664	(15.503)
	(487.843)	(470.266)	(501.165)	(485.528)

23. Despesas de comercialização (despesas com vendas)

As despesas de comercialização referem-se às comissões incorridas junto às corretoras independentes e a outros canais de distribuição. Em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$98.388 e R\$99.226 (R\$87.984 e R\$88.832 em 31 de dezembro de 2012), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

24. Despesas gerais e administrativas

		Companhia		Consolidado
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 3	31 de dezembro de
	2013	2012	2013	2012
Pessoal e serviços de terceiros	(114.828)	(103.217)	(101.670)	(90.313)
Localização e funcionamento	(24.498)	(24.463)	(29.422)	(28.222)
Taxas e tributos	(3.799)	(3.574)	(3.917)	(3.781)
Publicidade e propaganda	(12.058)	(11.846)	(12.778)	(12.673)
Viagens, impressos e assinaturas	(5.161)	(5.417)	(5.689)	(6.150)
Depreciações e amortizações	(4.762)	(4.824)	(5.140)	(5.159)
Outras	287	(104)	(1.131)	(1.345)
	(164.819)	(153.445)	(159.747)	(147.643)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

Consiste nas receitas financeiras geradas por investimentos financeiros e atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais, deduzidas das despesas financeiras geradas pela atualização das provisões para contingências judiciais e despesas com tarifas bancárias.

		Companhia		Consolidado
_	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31	de dezembro de
	2013	2012	2013	2012
Rendimentos de aplicações financeiras	17.409	15.626	18.296	16.947
Atualização mon etária sobre os depósitos judiciais	1.928	2.141	1.928	2.141
Outras	2.887	3.100	3.309	3.586
Receitas financeiras	22.224	20.867	23.533	22.674
Reversão dos juros sobre capital próprio	33.209	32.644	33.209	32.644
Tarifas bancárias	(2.150)	(1.853)	(2.460)	(2.170)
Atualização mon etária das provisões para contingências judiciais	(8.228)	(6.175)	(8.238)	(6.206)
Juros sobre o capital próprio	(33.209)	(32.644)	(33.209)	(32.644)
Outras despesas financeiras	(777)	(688)	(921)	(1.065)
Despesas financeiras	(44.364)	(41.360)	(44.828)	(42.085)
	11.069	12.151	11.914	13.233

26. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa, conforme segue:

		Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de	e dezembro de	e Exercício findo em 31 de dezemb		
	2013	2012	2013	2012	
Base de cálculo IRPJ e CSLL	271.088	209.280	274.999	213.161	
(x) Alíquota vigente (%)	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(92.170)	(71.155)	(93.500)	(72.475)	
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes/temporárias:					
Equivalência patrimonial	2.283	2.032	35	(248)	
Prejuízos fiscais	≘	=	134	96	
Provisão para contingências	(13.186)	(12.829)	(13.156)	(12.768)	
Provisões diversas	(3.843)	2.022	(3.999)	2.337	
Provisão para perdas sobre créditos	(2.790)	212	(2.834)	176	
Amortização do ágio	28.814	30.292	28.814	30.292	
Ajustes lei 11.638/07	(1.000)	(1.616)	(976)	(1.642)	
Outorga de opções de ações	(2.159)	(1.232)	(2.159)	(1.232)	
Juros sobre capital próprio	11.291	11.099	11.291	11.099	
Outras	(1.414)	(2.271)	(1.464)	(2.697)	
Despesa de IRPJ e CSLL	(74.174)	(43.446)	(77.814)	(47.062)	
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL corrente Despesa de IRPJ e CSLL diferidos	27,4% (8.823)	20,8 % (20.268)	28,3% (8.749)	22,1% (20.336)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Lucro por ação

Conforme definições do CPC 41/IAS 33 detalhadas na nota 2.22, apresentamos o cálculo do lucro básico e do diluído por ação.

(a) Básico

_	Exercício findo em 31	de dezembro de
_	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$mil)	188.091	145.566
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	530.299	530.242
Lucro básico por ação (R\$)	0,35469	0,27453

(b) Diluído

	Exercício findo em 31 de dezem			
	2013	2012		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	188.091	145.566		
Ações ordinárias (em milhares)				
Quantidade média ponderada de ações emitidas	530.299	530.242		
Ajuste de opções de compra de ações	6.280	5.232		
Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação	536.579	535.474		
Lucro diluído por ação (R\$)	0,35054	0,27185		

28. Dividendos e juros sobre capital próprio

No quadro a seguir destacamos, os montantes deliberados a título de dividendos e juros sobre capital próprio:

						Companhia
			Deliberação	Data do	C	Competência
Aprovação	Tipo	Data	ação (R\$)	pagamento	2013	2012
RCA	Juros sobre capital próprio	26/04/2012	0,02789	23/05/2012	-	14.761
RCA	Dividendos intercalares	26/04/2012	0,05221	23/05/2012	-	27.625
RCA	Juros sobre capital próprio	26/07/2012	0,01735	22/08/2012	-	9.216
RCA	Dividendos intercalares	26/07/2012	0,06161	22/08/2012	-	32.735
RCA	Juros sobre capital próprio	25/10/2012	0,01631	21/11/2012	-	8.667
RCA	Dividendos intercalares	25/10/2012	0,04801	21/11/2012	-	25.506
AGO	Dividendos complementares	02/04/2013	0,07748	03/05/2013	-	41.016
RCA	Juros sobre capital próprio	26/03/2013	0,01571	10/04/2013	8.316	-
RCA	Dividendos intercalares	30/04/2013	0,09495	04/06/2013	50.268	-
RCA	Juros sobre capital próprio	25/06/2013	0,01556	10/07/2013	8.238	-
RCA	Dividendos intercalares	30/07/2013	0,05877	04/09/2013	31.114	-
RCA	Dividendos intercalares	29/10/2013	0,06318	04/12/2013	33.558	-
RCA	Juros sobre capital próprio	29/10/2013	0,01782	13/11/2013	9.464	-
RCA	Juros sobre capital próprio	20/12/2013	0,01354	08/01/2014	7.191	-
AGO	Dividendos complementares ¹	01/04/2014	0,10951	=	58.172	=
				-	206.321	159.526

¹ A ser submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 01 de abril de 2014.

RCA = Reunião do Conselho de Administração

AGO = Assembleia Geral Ordinária

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Estatuto o dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 89.343 (R\$69.144 em 31 de dezembro de 2012):

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Lucro líquido do exercício	188.091	145.566
(-) Reserva legal	(9.405)	(7.278)
Base de cálculo ajustada	178.686	138.288
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	89.343	69.144
Dividendos	114.940	85.866
Juros sobre capital próprio, líquidos¹	28.228	27.748
Dividendo adicional proposto	58.172	41.016
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	201.340	154.630
Complemento (excedente) dividendo mínimo obrigatório	(111.997)	(85.486)
Dividendo mínimo obrigatório	89.343	69.144

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

29. Compromissos

A Companhia e suas Controladas possuem compromissos relativos a contratos de locação de imóvel comercial de seus escritórios executivos e clínicas odontológicas, com os respectivos vencimentos abaixo:

	Exercício findo em 31 de	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013		
	Companhia	Consolidado		
Até um ano	1.133	2.775		
Acima de um ano até cinco anos	173	2.015		
	1.306	4.790		

Todos os contratos são canceláveis mediante muita rescisoria.

30. Partes relacionadas

As operações entre a Companhia e suas Controladas consistem em contratos de prestação de serviços administrativos e de credenciamento no fornecimento de serviços, prestação de serviços de assistência odontológica, prestação de serviços de informática e fornecimento de produtos odontológicos cujos valores, prazos e taxas foram negociados e aplicados em condições idênticas às contratadas com partes não relacionadas, e são demonstradas a seguir:

				OdontoPrev		Dental	
Ativo/(Passivo)	<u>Natureza</u>	OdontoPrev	Clidec	Serviços	Easy	Partner	Rede Dental
Outros créditos a receber	Serviços administrativos		-	-	-	253	-
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(253)	=	≘	=	=	=
Outras contas a pagar	Serviços administrativos	=	-	=	-	-	-
Receita/(Despesa)							
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	97	=	=	=	=	=
	Material e serviços odontológicos,						
Vendas de bens e serviços	serviços administrativos	=	11.480	32.176	106	8.379	=
Eventos indenizáveis líquidos	Serviços odontológicos	(2.525)	=	=	-	=	(7)
Materiais odontológicos	Materiais odontológicos	(8.379)	=	=	-	=	=
Administrativas	Serviços administrativos	(40.958)	(25)	(69)	(98)	-	(177)
Exercício findo em 31 de dezemb	ro de 2013	(52.018)	11.455	32.107	8	8.632	(184)
Exercício findo em 31 de dezemb	ro de 2012	(47.808)	9.571	30.879	233	7.125	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da OdontoPrev, faz parte. Tais operações são relacionadas abaixo:

	Grupo Bradesco
Ativo/(Passivo)	
Disponibilidades	1.821
Aplicações financeiras	3.237
Contraprestações pecuniárias a receber	4.795
Faturamento antecipado	(4.784)
Fornecedores de seviços	(487)
Receitas/(Despesas)	
Contraprestações líquidas	56.377
Outras despesas operacionais	(1.930)
Receitas financeiras	237
Despesas financeiras	(1.639)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	53.045

A Companhia também possui contrato de distribuição de planos de saúde odontológicos com o Banco Bradesco, pelo prazo de 10 anos, e contratou-o como agente escriturador de suas ações. Pelos serviços de escrituração foram pagos R\$24 até 31 de dezembro de 2013.

A Companhia possui contrato de assessoria financeira para o processo de Associação Banco do Brasil com Banco Bradesco BBI S.A., tendo incorrido em despesas de R\$5.000 no exercício de 2013, dos quais R\$4.000 encontram-se pendentes para pagamento (nota 16).

Adicionalmente, às transações mencionadas a Companhia possui: (i) contrato de credenciamento para prestação de serviços de assistência odontológica, por prazo indeterminado, com a Sra. Raquel Virgínia Zanetti e Sra. Anete Scharfstein Zanetti, respectivamente irmã e cônjuge do Randal Luiz Zanetti (Diretor Presidente até 31 de dezembro de 2013, Vice Presidente do Conselho de Administração), que totalizaram R\$0 e R\$1 em 31 de dezembro de 2013; (ii) através de sua Controlada direta Clidec, mantém um contrato de locação comercial, por prazo indeterminado, de imóvel situado a Av. Paulista, nº 2.444, conjunto 151, com o Sr. Artemio Luiz Zanetti, pai de Randal Luiz Zanetti, que totalizou R\$35 em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2013, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$2.911 (R\$4.964 em 31 de dezembro de 2012) e R\$4.295 (R\$6.634 em 31 de dezembro de 2012), na Companhia e no consolidado, respectivamente.

A remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, segregada entre seus componentes fixos e variáveis, estão assim compostos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2013	2012		
Diretoria Estatutária	3.900	4.153		
Pró-labore	3.008	2.840		
Benefícios	209	155		
Bônus	683	1.158		
Conselho de Administração	1.183	1.198		
Pró-labore	1.183	1.198		
Conselho Fiscal	285	280		
Pró-labore	285	280		
	5.368	5.631		

Conforme relacionado a seguir, os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de outorga (benefícios de longo prazo) detalhado na nota 19.5.

_	Início do período		С	ancelamentos	Opções exercidas F		Fir	nal do período
_			Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	desligados	canceladas	Elegíveis	exercidas	Elegíveis	existentes
2007	6	1.285.488	3	584.424	3	701.064	-	=
2008	5	1.397.592	2	488.916	3	908.676	=	=
2009	7	1.378.356	3	678.084	4	700.272	=	=
2010	5	787.521	=	=	5	787.521	=	=
2011	5	533.829	=	=	=	=	5	533.829
2012	6	587.288	=	=	=	=	6	587.288
2013		1.134.588		<u>-</u>		=	6	1.134.588
	_	7.104.662	_	1.751.424	_	3.097.533	_	2.255.705

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

31. Seguros

A política da Companhia e de suas Controladas é manter cobertura de seguros em face dos riscos envolvidos, conforme destacado abaixo:

	Consolidado
	31 de dezembro de 2013
Prédio	30.027
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	21.630
Danos materiais	51.657
Lucros cessantes	147.300
Responsabilidade civil administradores e diretores	60.000
	258.957

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas Controladas não operaram diretamente e nem apresentavam posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

33. Reorganização societária

Em 02 de janeiro de 2014 foi concluída reorganização societária que compreendeu as seguintes transações: (i) Bradesco Saúde S.A. (Bradesco Saúde) transferiu para ZNT Empreendimentos, Comércio e Participações S.A. (ZNT), por aporte de capital, a totalidade das ações por ela detidas, representativas de 43,5% do capital social da OdontoPrev; e (ii) Bradesco Saúde adquiriu do Sr. Randal Luiz Zanetti (Randal) sua participação indireta na OdontoPrev, detida por meio da ZNT e da Santa Rita de Cássia, Empreendimentos, Comércio e Participações S.A. (Santa Rita), correspondente a 6,5% do capital social total da OdontoPrev.

Dessa forma, a ZNT passou a deter 50,01% do capital social total da OdontoPrev, e o Bradesco Saúde deixou de ser acionista direto da Companhia, passando a ser o único acionista da ZNT, direta e indiretamente por meio de sua participação na Santa Rita. Randal, por sua vez, deixou de ser acionista indireto da Companhia, tornando-se acionista direto com participação de aproximadamente 1% das ações da OdontoPrev.

Randal renunciou ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, tendo o Conselho de Administração eleito o Sr. Mauro Silvério Figueiredo para ocupar o referido cargo, com mandato de 2 anos.

Em 27 de janeiro de 2014, Randal foi eleito membro efetivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração, com mandato até a próxima AGO da Companhia.

34. Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. Com base na análise efetuada pela Administração sobre os possíveis impactos tributários dos novos dispositivos da Medida Provisória nº 627 (a qual não foi convertida em lei ate a presente data), a Companhia pretende optar pela aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014 (artigo 71), admitindo-se que a Medida Provisória seja regulamentada e convertida em Lei em termos essencialmente equivalentes ao do texto atual em seus principais aspectos.